

RELATÓRIO 2007

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Armando de Queiroz Monteiro Neto
Presidente

Paulo Antonio Skaf
1º Vice-Presidente

Robson Braga de Andrade
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Paulo Gilberto Fernandes Tigre
José de Freitas Mascarenhas
Rodrigo Costa da Rocha Loures
Alcantaro Correa
José Nasser
Jorge Parente Frota Júnior
Francisco de Assis Benevides Gadelha
Flavio José Cavalcanti de Azevedo
Antonio José de Moraes Souza
Vice-Presidentes

Paulo Afonso Ferreira
1º Secretário

José Carlos Lyra de Andrade
2º Secretário

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan
1º Tesoureiro

Alfredo Fernandes
2º Tesoureiro

Lucas Izoton Vieira
Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Jorge Lins Freire
Jorge Machado Mendes
Jorge Wicks Côte Real
Eduardo Prado de Oliveira
Eduardo Machado Silva
João Francisco Salomão
Antonio Rocha da Silva
José Conrado Azevedo Santos
Euzebio André Guareschi
Rivaldo Fernandes Neves
Francisco Renan Oronoz Proença
José Fernando Xavier Faraco
Olavo Machado Júnior
Carlos Antonio de Borges Garcia
Manuel Cesario Filho
Diretores

Sergio Rogerio de Castro
Julio Augusto Miranda Filho
João Oliveira de Albuquerque
Titulares do Conselho Fiscal

Carlos Salustiano de Sousa Coelho
Telma Lucia de Azevedo Gurgel
Charles Alberto Elias
Suplentes do Conselho Fiscal



RELATÓRIO 2007



A INDÚSTRIA FAZ

A CNI DEFENDE OS INTERESSES DA INDÚSTRIA HÁ 70 ANOS

Brasília
2008

© 2008. CNI

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

C748r

Confederação Nacional da Indústria.

Relatório 2007: a indústria faz: a CNI defende os interesses da indústria há 70 anos/CNI – Brasília, 2008.

66 p.: il.

I. Relatório 2. Gestão orçamentária I. Título II. Confederação Nacional da Indústria

CDU 338.45.01

Confederação Nacional da Indústria - CNI

Setor Bancário Norte, Quadra I, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3317-9989, Fax: (61) 3317-9992

<http://www.cni.org.br>

sac@cni.org.br

PALAVRA DO PRESIDENTE**1 DESEMPENHO DA ECONOMIA**

1.1 Cresce o consumo interno	10
1.2 Crescimento sustentado	10
1.3 Gasto público	11

2 AGENDA DA INDÚSTRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

2.1 Uma proposta para o país	15
2.2 Mapa Estratégico da Indústria	17
2.3 Acompanhamento de execução das metas do Mapa Estratégico da Indústria	18

3 AÇÕES DA CNI

3.1 Redução do gasto público	25
3.2 Tributação	26
3.2.1 Ações na área de política econômica, fiscal e tributária	29
3.3 Infra-estrutura	30
3.3.1 Ações voltadas à recuperação e ampliação da infra-estrutura	33
3.4 Financiamento	34
3.5 Relações de trabalho	36
3.5.1 Ações na área de relações do trabalho	37
3.6 Desburocratização	38
3.7 Inovação	40
3.8 Educação	44
3.8.1 Principais metas do programa Educação para a Nova Indústria	45
3.9 Política comercial e de acesso a mercados	46
3.9.1 Ações que promovem a inserção internacional do Brasil	52
3.10 Meio ambiente	53
3.11 Micro e pequena empresa	55
3.12 Responsabilidade social	58
3.13 Apoio aos sindicatos	61
3.14 Consenso e representatividade nas ações	63
3.15 Gestão da estratégia do Sistema Indústria	65





PALAVRA DO PRESIDENTE

O DESAFIO É MANTER O ALTO RITMO DE CRESCIMENTO

O Brasil rompeu um ciclo de dez anos de baixo crescimento. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2007 foi resultado de um conjunto de fatores, como a estabilidade econômica, o bom desempenho da economia mundial e o amadurecimento de algumas reformas microeconômicas, que estimularam os investimentos, a produção e a oferta de empregos.

O desafio que se coloca agora para o Brasil é a manutenção do alto ritmo de expansão da economia e a construção das bases do desenvolvimento sustentado. Para ajudar o país a manter o bom desempenho econômico, a CNI concentrou sua ação nas dez áreas prioritárias definidas no documento Crescimento. A Visão da Indústria.

A agenda, que reforça o diagnóstico e as sugestões de longo prazo consolidadas no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, destaca que, para continuar crescendo a um ritmo compatível com as demais economias emergentes, o Brasil precisa reduzir os gastos públicos e dar seqüência às reformas estruturais e às mudanças institucionais que melhoram o ambiente de negócios.

O caminho do desenvolvimento sustentado também passa pela revisão da legislação ambiental, dos marcos regulatórios da área de infra-estrutura, pelo incentivo à inovação, à inserção das empresas no mercado internacional e pela qualificação da educação. A agenda do setor produtivo inclui o compromisso com a responsabilidade social, a expansão dos pequenos negócios e o fortalecimento do associativismo.

Temos a convicção de que a reflexão permanente da sociedade e a ação sincronizada do governo, dos legisladores e dos empresários sobre a agenda de reformas proposta pela indústria ajudarão o Brasil a se manter na rota do crescimento econômico.

Armando de Queiroz Monteiro Neto

Presidente da CNI

I. DESEMPENHO DA ECONOMIA



UM ANO DE BOAS NOTÍCIAS PARA A INDÚSTRIA E RESULTADOS PARA O PAÍS

A ATIVIDADE ECONÔMICA MOSTROU-SE MAIS INTENSA EM 2007 do que se tinha previsto no início do ano. A projeção da CNI para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2007 elevou-se para 5,3%, ante a estimativa de 4,2% feita no primeiro trimestre. As projeções foram, ao longo do ano, sistematicamente revistas para cima, à medida que se tornavam evidentes os efeitos combinados da queda dos juros e do aumento do gasto público sobre a demanda agregada.

O PIB brasileiro cresceu em 2007 a um ritmo que é o dobro da taxa média de expansão dos últimos dez anos. O PIB per capita, por sua vez, aumentou em 4%, uma taxa que – se mantida para os anos seguintes – permite ao Brasil dobrar sua renda per capita em menos de duas décadas.

Mais do que isso, a economia brasileira conseguiu, enfim, expandir-se a um ritmo semelhante à média mundial. Trata-se de uma situação pouco usual: em apenas uma ocasião nos últimos dez anos – em 2004 – o crescimento econômico do Brasil foi pelo menos tão dinâmico quanto no mundo. No restante dos anos, o PIB brasileiro cresceu, em média, 1,5 ponto percentual ao ano abaixo da taxa de crescimento do PIB mundial.

Em 2007, a atividade econômica foi marcada por quatro características principais:

- a indústria de transformação assumiu o posto de protagonista no crescimento do PIB;
- o aumento da produção industrial abarcou a maior parte dos setores da indústria;
- a forte expansão da demanda interna destacou-se como fator de dinamismo da atividade industrial;
- o aumento da produção veio acompanhado de maior utilização da capacidade instalada, o que estimulou a realização de investimentos para ampliar o parque produtivo.

A produção industrial ampliou-se em 6% em 2007, o dobro do ritmo médio de expansão nos dois anos anteriores. Além de intenso, o aumento da produção foi abrangente e propagou-se por 21 dos 27 setores industriais pesquisados pelo IBGE. A maior produção veio acompanhada de geração de emprego. A indústria de transformação criou 395 mil postos de trabalho em regime formal em 2007. As contratações na construção civil também foram expressivas, com aumento de 177 mil empregos.

I.1 CRESCE O CONSUMO INTERNO

A demanda interna – composta pelo consumo das famílias, pelo consumo do governo e pela formação bruta de capital fixo – expandiu-se em 2007 à taxa de 6,6% ao ano e foi o grande indutor do crescimento econômico. A demanda doméstica cresceu ao maior ritmo desde 1995, quando a estabilidade monetária levou ao aumento substancial do poder aquisitivo da população.

Se, em 1995, o Plano Real foi o grande responsável pela expansão da demanda, em 2007, essa expansão foi determinada pela combinação de três fatores:

- **AMPLIAÇÃO DA MASSA REAL DE SALÁRIOS.** Na indústria, por exemplo, cresceu 4,9%;
- **AUMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA DO GOVERNO À POPULAÇÃO.**
O reajuste do salário mínimo contemplou um ganho real de 5,3%. Os desembolsos da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) ampliaram-se 17,5%, em termos reais;
- **QUEDA DA TAXA REAL DE JUROS.** A taxa básica de juros fechou o ano a 11,25% e os juros reais ficaram, na média do ano, em 7,9%, o que representa a menor taxa da década.

Enquanto os dois primeiros fatores estão associados à expansão da renda da população, o que estimula o consumo das famílias, o terceiro fator associa-se à expansão do crédito, favorecendo, em especial, as vendas de produtos de maior valor agregado, como os bens de consumo duráveis (automóveis, computadores e mobiliário) e bens de capital (construção civil e máquinas e equipamentos).

I.2 CRESCIMENTO SUSTENTADO

Um tema freqüentemente debatido é a possibilidade de um descompasso entre a evolução da demanda agregada e da oferta agregada, o que pode resultar em aceleração inflacionária. O aumento da demanda agregada é posto como a principal fonte de pressão sobre os preços e motivo de interrupção da trajetória de queda da taxa de juros. De fato, o nível médio de utilização da capacidade instalada na indústria elevou-se, assim como a inflação em 2007 foi mais alta do que em 2006. O índice de inflação medido pelo IPCA fechou o ano de 2007 com expansão de 4,46%, taxa muito próxima da meta de 4,5% perseguida pelo Banco Central, mas 1,3 ponto percentual acima dos 3,14% registrados em 2006.

Contudo, o risco de aceleração inflacionária por conta de restrição à oferta de produtos parece improvável, por duas razões. Em primeiro lugar, porque parcela relevante da oferta de produtos no Brasil veio do exterior. As importações cresceram 32% em 2007, impulsionadas pela valorização do real. Em segundo lugar, porque há claros sinais de expansão da capacidade produtiva. O crescimento da produção na indústria, que se expandiu 19,5% em 2007, foi liderado pelos bens de capital.



I.3 GASTO PÚBLICO

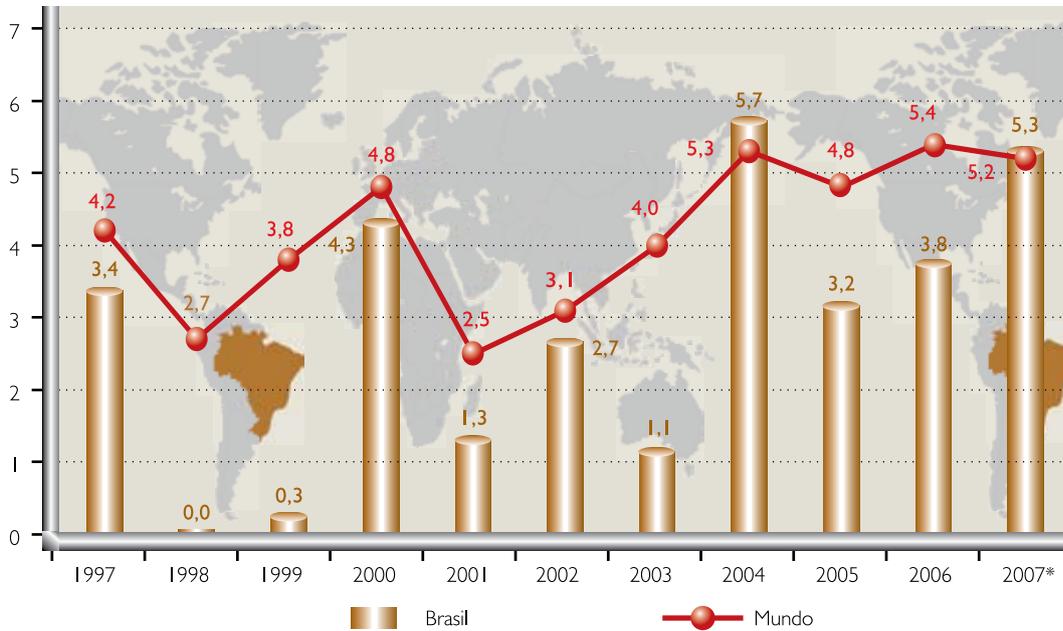
AS ATAS DO BANCO CENTRAL REFORÇAM a preocupação com o ritmo de crescimento da demanda. No entanto, grande parte da expansão do consumo interno baseia-se em uma política fiscal expansionista. As despesas do governo federal cresceram 9,3% em 2007, em termos reais, o que superou o ritmo de expansão do PIB. O aumento das despesas públicas é coberto por forte elevação da receita de impostos – 9,8% em termos reais, o que também excede o ritmo de crescimento da produção. Ou seja, parcela crescente da renda do Brasil é desviada do setor privado para o setor público, o que compromete a qualidade do crescimento.

Em síntese, a economia brasileira, e especialmente a indústria, passam por um momento muito favorável. Entretanto, é preciso ressaltar que o cenário poderia ser melhor caso o elevado ritmo de crescimento do gasto público fosse contido. Uma política fiscal menos expansionista reduziria a pressão sobre a demanda interna e possibilitaria a retomada do processo de redução da taxa de juros. Além disso, gastando menos o setor público poderia reduzir a carga tributária, aumentando a disponibilidade de recursos para o setor privado investir. Esse seria um passo decisivo para assegurar ao Brasil a sustentação de altas taxas de crescimento econômico por um longo período, de forma similar a alguns países emergentes.

PIB DO BRASIL E PIB MUNDIAL

PELA SEGUNDA VEZ NESTA DÉCADA, O PIB BRASILEIRO
CONSEGUIU ACOMPANHAR A EXPANSÃO DO PIB MUNDIAL

VARIAÇÃO ANUAL (%)

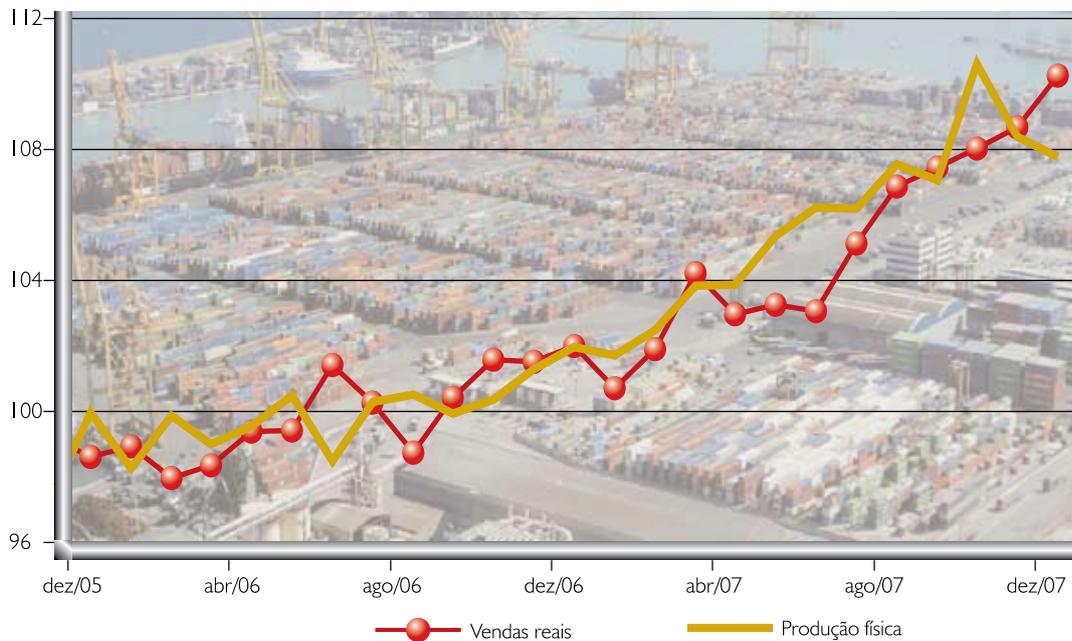


Fonte: Contas Nacionais/IBGE (PIB do Brasil) e World Economic Outlook/IMF (PIB mundial)

INDÚSTRIA: VENDAS REAIS E PRODUÇÃO FÍSICA

TANTO A PRODUÇÃO COMO AS VENDAS INDUSTRIAIS
CRESCERAM AO LONGO DE 2007

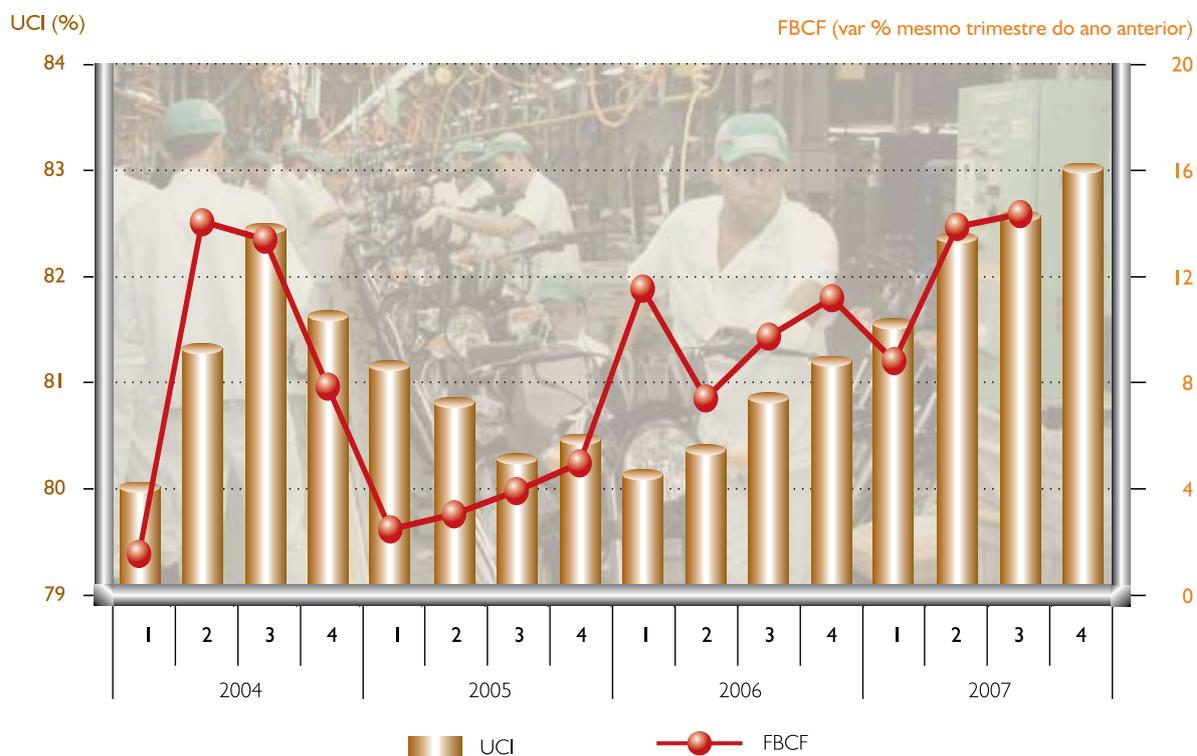
DADOS DESSAZONALIZADOS - MÉDIA 2006 = 100



Fonte: Indicadores Industriais/CNI (Vendas reais) e PIM-PF/IBGE (Produção)

UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

ELEVADO NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA ESTIMULA O INVESTIMENTO



Fonte: Indicadores Industriais/CNI (UCI) e Contas Nacionais/IBGE (FBCF)

TAXA DE JUROS REAL E INFLAÇÃO

JUROS REAIS CAEM AO MENOR PATAMAR DA DÉCADA



2. AGENDA DA INDÚSTRIA PARA O DESENVOLVIMENTO



ALTO RITMO DE CRESCIMENTO DEPENDE DE AÇÕES EM DEZ ÁREAS PRIORITÁRIAS

2.1 UMA PROPOSTA PARA O PAÍS

Em 2007 a economia nacional aproximou-se da meta de 5,5% ao ano estabelecida no **Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015**¹. Mas, para manter o ritmo elevado de crescimento, o país precisa promover uma série de reformas estruturais, uma tarefa complexa, que exige a participação de toda sociedade. Na avaliação da indústria, a criação das condições necessárias para garantir um ciclo vigoroso de crescimento exige ações para a superação de obstáculos em dez áreas prioritárias, que são:

- redução do gasto público;
- tributação;
- infra-estrutura;
- financiamento;
- relações de trabalho;
- desburocratização;
- inovação;
- educação;
- política comercial de acesso a mercados;
- meio ambiente.

1 Produzido pelo Fórum Nacional da Indústria, órgão consultivo da CNI, o **Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015** aponta objetivos, metas e programas capazes de promover o crescimento sustentado do Brasil. A elaboração do documento, que começou em 2004, envolveu cerca de 300 representantes de 60 entidades empresariais. Apresentado à sociedade em 2005, o Mapa foi construído com base no modelo de gestão *Balanced Scorecard*, da Harvard University, nos Estados Unidos.

As prioridades, que orientaram a ação da CNI em 2007, foram selecionadas entre as que têm maior impacto sobre o crescimento econômico. As propostas para essas áreas estão consolidadas no documento **Crescimento. A Visão da Indústria**². Em outubro de 2007, os 1.200 representantes de sindicatos, federações e associações industriais, reunidos no 2º Encontro Nacional da Indústria, reafirmaram que a manutenção do ritmo de crescimento da economia depende de ações nessas dez áreas.



2 Organizado com base no acompanhamento dos indicadores do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, o estudo **Crescimento. A Visão da Indústria** é resultado do 1º Encontro Nacional da Indústria, realizado em 28 e 29 de junho de 2006, em Brasília. Entregue aos candidatos à Presidência da República nas eleições de outubro de 2006 e a parlamentares, o estudo, que consolida a agenda da CNI, foi o principal instrumento de diálogo do setor produtivo com o governo e o Congresso Nacional em 2007.

2.3 ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DAS METAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA

A evolução dos indicadores econômicos e sociais brasileiros mostra se o Brasil está ou não alcançando as metas estabelecidas no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015. O acompanhamento periódico dos indicadores feito pela CNI permite a correção das ações e a identificação dos sucessos e dos fracassos do país no caminho do desenvolvimento sustentado.

O balanço dos indicadores, apresentado em dezembro de 2007, revela que o Brasil teve avanços significativos em algumas áreas, mas permanece distante da meta em outros setores. Entre os avanços, está o indicador da taxa de desemprego, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A média em 2006 ficou em 8,4% da população economicamente ativa, abaixo da meta de 9% estabelecida para 2007 pelo Mapa Estratégico da Indústria. O país também alcançou a meta estabelecida para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice GINI.

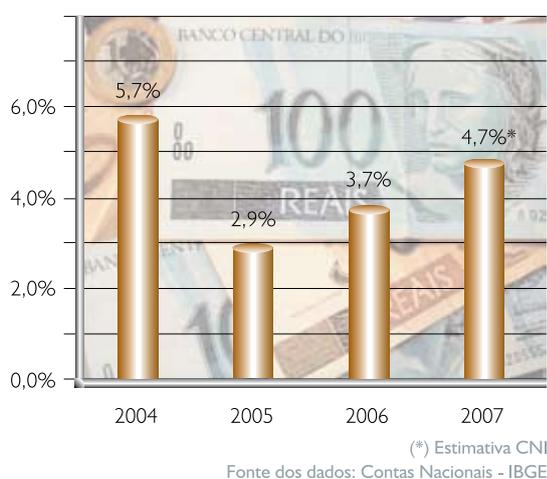
Mas o país está distante da meta em áreas decisivas para manter o ritmo acelerado de crescimento. É o caso, por exemplo, das exportações. Nas estimativas da CNI, o total das vendas externas alcançou 14,6% do PIB em 2007, muito abaixo da meta de 22% do PIB. Os investimentos em infra-estrutura de transportes, a oferta de energia e o número de domicílios atendidos por redes coletoras de esgoto também estão distante da meta.

Os gráficos a seguir apontam as áreas em que o Brasil obteve resultados positivos e as que exigem de ações imediatas para o cumprimento das metas sugeridas pela indústria:

CRESCIMENTO DO PIB

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
CONVERGINDO PARA A META

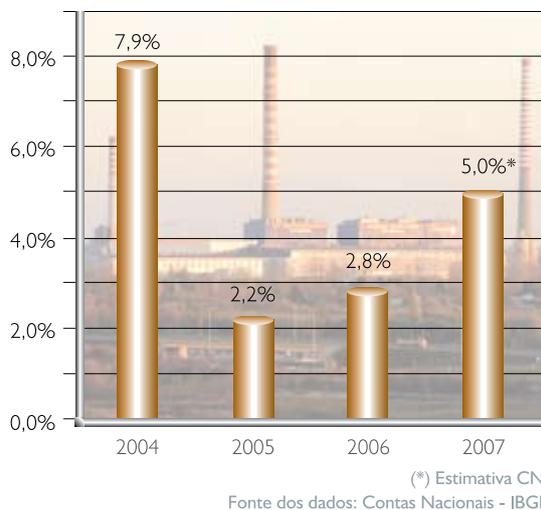
Meta 2007-2010 – Crescer a uma taxa média de 5,5% ao ano



CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
CONVERGINDO PARA A META

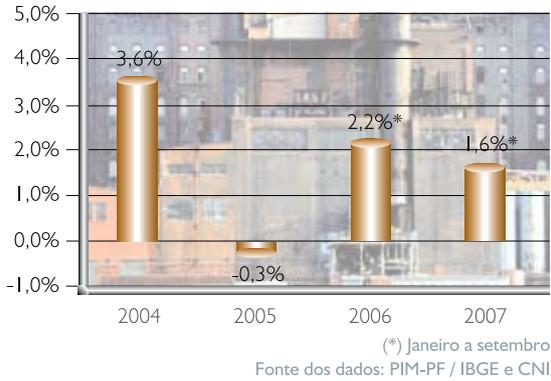
Meta 2007-2010 – Crescer a uma taxa média de 7% ao ano



ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA

**SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
DISTANTE DA META**

Meta para 2007 – Crescer a uma taxa de 4% ao ano
Meta para 2010 – Crescer a uma taxa de 6% ao ano

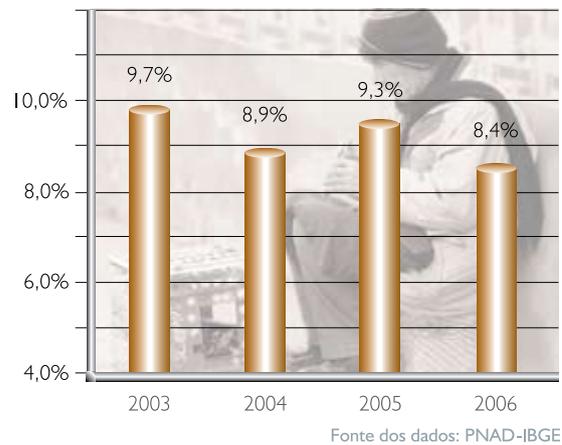


TAXA DE DESEMPREGO

(EM % DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA)

**SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
ATINGIU A META**

Meta para 2007 – Atingir 9% da população economicamente ativa
Meta para 2010 – Atingir 7% da população economicamente ativa

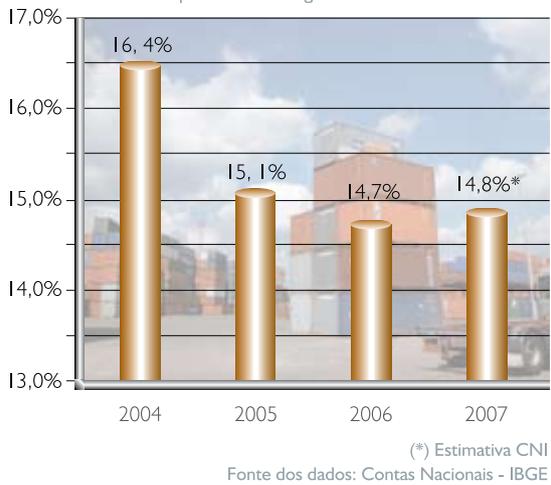


EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

(EM % DO PIB)

**SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
DISTANTE DA META**

Meta para 2007 – Atingir 22% do PIB
Meta para 2010 – Atingir 25% do PIB

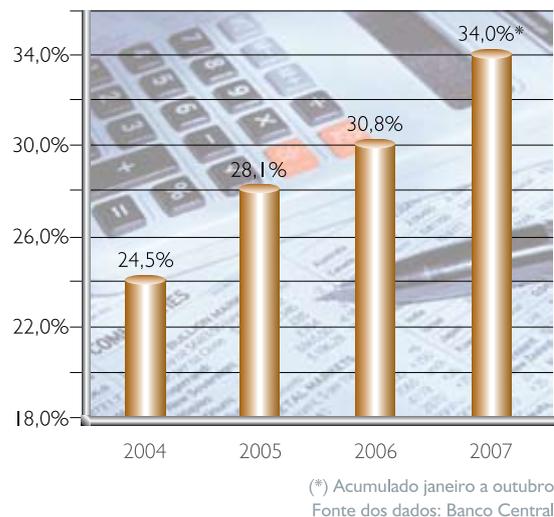


CRÉDITO

(EM % DO PIB)

**SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
CONVERGINDO PARA A META**

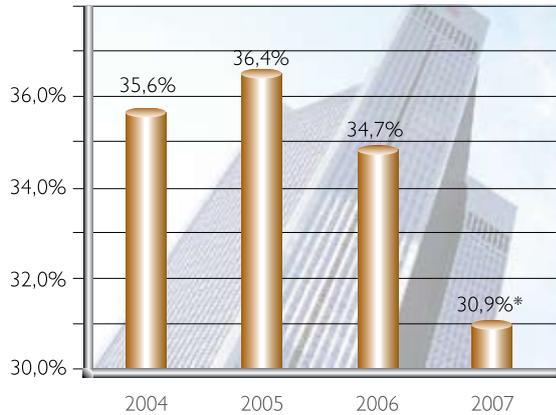
Meta Até 2010 – Alcançar 40% do PIB



SPREAD BANCÁRIO

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
DISTANTE DA META

Meta para 2010 – Atingir 20%



(*) Acumulado de janeiro a outubro
Fonte dos dados: Banco Central

TAXA REAL DE JUROS

(SELIC - IPCA)

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
CONVERGINDO PARA A META

Meta para 2010 – Alcançar 6%



(*) Acumulado de janeiro a outubro
Fonte dos dados: Banco Central

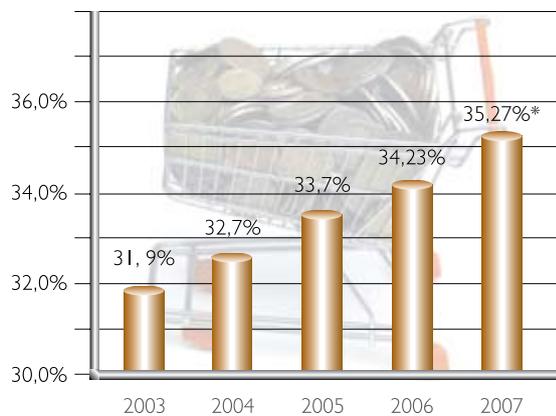
CARGA TRIBUTÁRIA

(EM % DO PIB)

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
DISTANCIANDO DA META

Meta para 2007 – Atingir 33% do PIB

Meta para 2010 – Atingir 30% do PIB



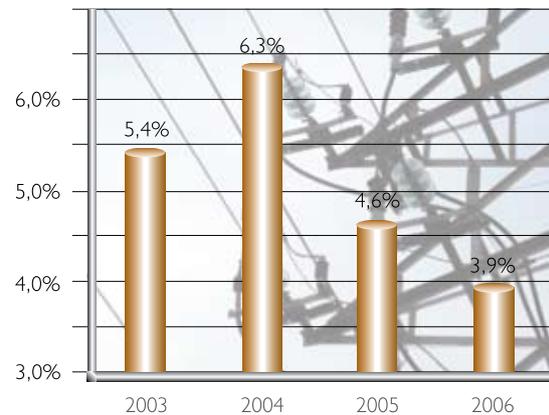
Fonte dos dados: Receita Federal
(*) Estimativa

OFERTA DE ENERGIA

(CRESCIMENTO MÉDIO)

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
DISTANTE DA META

Meta: Crescimento médio de 7% ao ano até 2010



Fonte dos dados: Ministério de Minas e Energia

INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA DOS TRANSPORTES

(EM % DO PIB)

**SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
DISTANTE DA META**

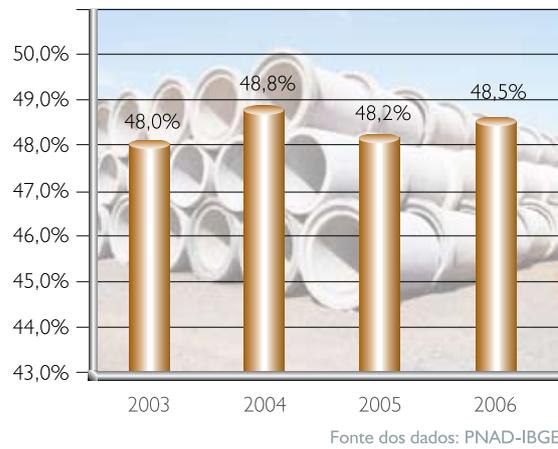
Meta para 2007 – Alcançar 0,45% do PIB
Meta para 2010 – Alcançar 0,5% do PIB



DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR REDE DE ESGOTO

**SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
DISTANTE DA META**

Meta para 2007 – Atingir 52%
Meta para 2010 – Atingir 60%

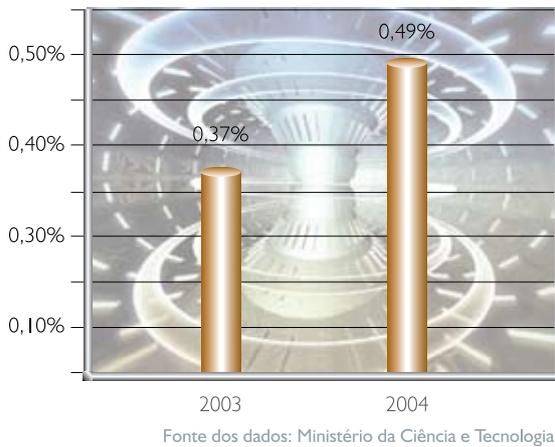


INVESTIMENTO PRIVADO EM INOVAÇÃO

(EM % DO PIB)

**SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
CONVERGINDO PARA A META**

Meta para 2007 – Alcançar 0,6% do PIB
Meta para 2010 – Alcançar 0,8% do PIB

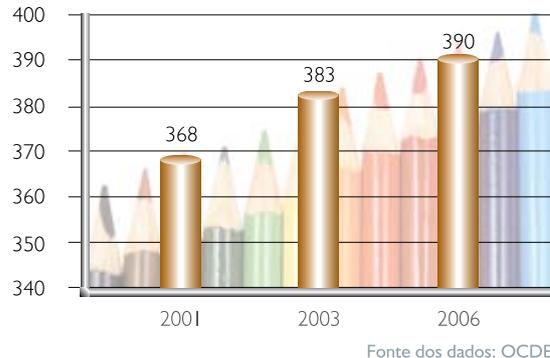


AValiação ESCOLAR

(PROGRAMA INTERNACIONAL DE
AVALIAÇÃO DE ALUNOS (PISA))

**SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
DISTANTE DA META**

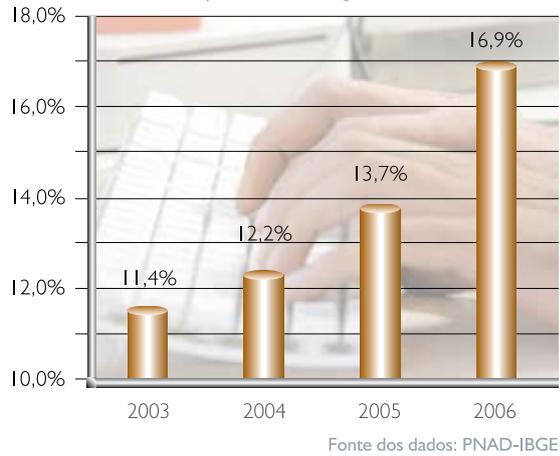
Meta para 2015 – Alcançar nota 486, a mesma da Espanha em 2001



DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
CONVERGINDO PARA A META

Meta para 2007 – Alcançar 18%
Meta para 2010 – Alcançar 25%



RENDA PER CAPITA

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
CONVERGINDO PARA A META

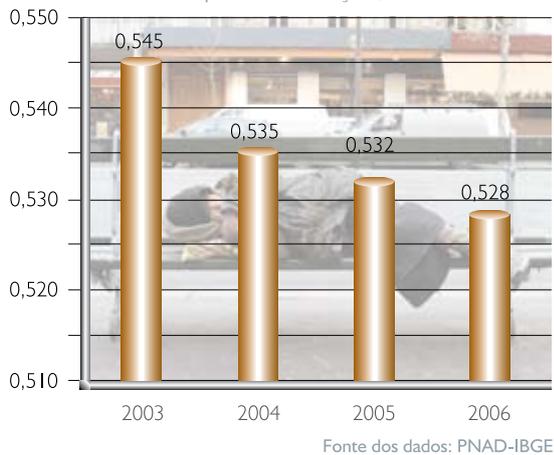
Meta em dezembro de 2007 – Alcançar 12.000 PPP até 2015



ÍNDICE GINI

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
ATINGIU A META

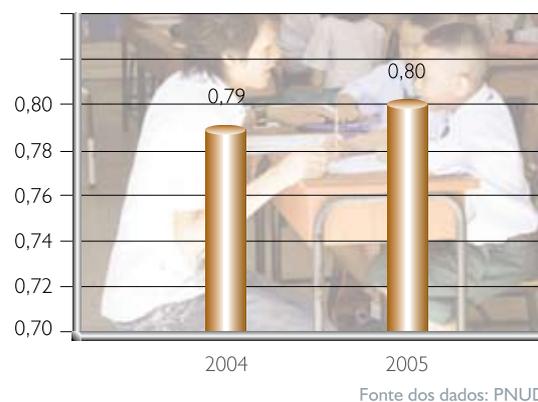
Meta para 2007 – Alcançar 0,54
Meta para 2010 – Alcançar 0,52



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2007:
ATINGIU A META

Meta para 2007 – Alcançar 0,80
Meta para 2010 – Alcançar 0,83



2º ENCONTRO NACIONAL DA INDÚSTRIA

O DIAGNÓSTICO E AS PROPOSTAS da indústria para colocar o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentado é resultado da reflexão e da ação coletiva dos empresários. A realização do 2º Encontro Nacional da Indústria foi mais um importante momento no processo de integração e fortalecimento do Sistema Indústria. O evento reuniu mais de mil líderes sindicais e representantes de federações e associações nacionais industriais em 22 e 23 de outubro, em Brasília.

Nos dois dias, os empresários discutiram a agenda empresarial para o crescimento da economia, cujos princípios foram consolidados na Carta da Indústria, e o fortalecimento do associativismo e da representatividade industrial. O 2º Encontro Nacional da Indústria demonstrou que o alinhamento de visão das organizações empresariais gera a força política necessária para influenciar a mudança de práticas, leis e instituições que comprometem o desempenho econômico do país e das empresas.



3. AÇÕES DA CNI



CORTE NAS DESPESAS CORRENTES DO GOVERNO ALIVIARÁ A CARGA TRIBUTÁRIA E DIMINUIRÁ OS JUROS, ESTIMULANDO A PRODUÇÃO E OS INVESTIMENTOS

3.1 REDUÇÃO DO GASTO PÚBLICO

A CNI AVALIA QUE O BRASIL PRECISA PROMOVER UM AJUSTE FISCAL baseado na diminuição das despesas públicas. Além de garantir o cumprimento da meta de superávit primário, a revisão dos gastos correntes permitiria a redução da carga tributária, estimulando a produção e os investimentos privados. Também aumentaria a capacidade de investimento do governo.

Por isso, a CNI, com o apoio do Conselho Temático Permanente de Política Econômica, alertou em diversas oportunidades sobre os riscos da constante elevação dos gastos públicos e rejeitou a fórmula do ajuste fiscal baseada no aumento de tributos para compensar o crescimento das despesas do governo.

Uma medida indispensável para reduzir os gastos públicos é a revisão das regras de acesso aos benefícios da aposentadoria. Essa visão foi defendida pela CNI no Fórum Nacional da Previdência Social. Organizado pelo Ministério da Previdência Social, o Fórum reuniu empresários, trabalhadores e o governo. A reforma afastou-se das questões centrais da Previdência e trouxe alguns pequenos avanços, como a reavaliação do conceito de família e composição de renda familiar, considerado para concessão de benefícios previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Não houve consenso para a mudança nas regras de acesso à aposentadoria. Entre os itens que precisam ser revistos para garantir a manutenção da Previdência a longo prazo, estão a ampliação do prazo de contribuição ao sistema, a desvinculação dos benefícios do salário mínimo, a instituição de uma idade mínima para aposentadoria, reavaliação das regras de concessão dos benefícios de pensão por morte e das normas especiais previstas para mulheres, professores e trabalhadores rurais. A reforma da Previdência, um tema crucial para a sustentabilidade fiscal, permanecerá na agenda do país.

Em meio ao debate sobre a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a CNI fez uma proposta que previa a definição de um calendário para extinção do tributo. Mas a resistência do governo em abrir mão de parte da arrecadação resultou na extinção da CPMF, um tributo cumulativo e com impacto negativo sobre a competitividade da indústria.

A MODERNIZAÇÃO E A SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA DE COBRANÇA DE IMPOSTOS AUMENTARÃO A COMPETITIVIDADE, OS INVESTIMENTOS E A OFERTA DE EMPREGOS

3.2 TRIBUTAÇÃO

ALÉM DE PARTICIPAR DE DEBATES E PROPOR ALTERNATIVAS PARA A REDUÇÃO da carga tributária, a CNI e o Conselho Temático Permanente de Política Econômica mantiveram em 2007 as discussões sobre a revisão do sistema de cobrança dos impostos. Com o respaldo do Conselho Temático Permanente de Assuntos Legislativos, a indústria acompanhou e deu contribuições à proposta do governo. Em *workshops*, estudos técnicos e notas encaminhadas à equipe do Ministério da Fazenda, a CNI identificou obstáculos e soluções para que o país promova uma reforma tributária voltada à competitividade das empresas e ao crescimento econômico.

Em busca do consenso e da superação das dificuldades que impedem a modernização do sistema tributário, a CNI realizou encontros com empresários e governadores. Em parceria com



a Ação Empresarial, organizou *workshops* com representantes dos diversos segmentos industriais e especialistas com o objetivo de desenhar uma proposta que atenda aos anseios de todos os setores produtivos. O primeiro *workshop*, que ocorreu em maio, tratou de desonerações tributárias. Outros encontros debateram temas como a competição fiscal e a atração de investimentos, partilhas de receitas e equilíbrio federativo, Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estadual e federal, entre outros.

O ciclo de debates com governadores e empresários começou em Brasília no dia 29 de junho, em um encontro que reuniu os governadores Eduardo Braga, do Amazonas, Alcides Rodrigues, de Goiás, Aécio Neves, de Minas Gerais, e Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul. Outras três reuniões foram realizadas em Manaus, Recife e Cuiabá, com empresários das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os participantes das quatro reuniões concluíram que a modernização do sistema tributário depende da implementação de uma política nacional de desenvolvimento regional. A definição de incentivos nacionais ao desenvolvimento regional, capazes de promover a geração de renda e emprego nos estados menos favorecidos, amenizará os conflitos entre os estados, pavimentando o caminho para a reforma tributária.

Governadores e empresários concordaram que é preciso estabelecer um pacto federativo, que assegure a confiança dos entes federados no novo sistema tributário. Eles disseram que a reforma tributária é indispensável para garantir a competitividade dos produtos brasileiros, estimular os investimentos, promover a expansão das empresas e criar empregos.

Também destacaram que a reforma tributária ideal deve simplificar o sistema de arrecadação e reduzir o peso dos impostos que recai sobre a produção. Na avaliação da CNI, esses são os requisitos indispensáveis para que o sistema tributário brasileiro seja um indutor do crescimento e da plena integração da economia brasileira ao mercado internacional. Em 2008, a indústria continuará acompanhando e formulando propostas que visam à modernização do sistema tributário.

Preocupações do setor produtivo com a reforma tributária

- Assegurar a completa desoneração dos investimentos e das exportações.
- Simplificar e desburocratizar o sistema tributário.
- Garantir a utilização plena dos créditos tributários.
- Evitar a elevação da carga tributária na fixação das alíquotas e com eventuais ganhos de eficiência na arrecadação com as novas sistemáticas.
- Eliminar tributos distorcivos e cumulativos.
- Eliminar as disfunções na tributação sobre bens e serviços.

Requisitos para a reforma tributária

Sugestões recolhidas nos encontros com empresários e governadores:

- Redefinição do pacto federativo que dê segurança e assegure a coesão dos entes federados.
- Definição de uma política nacional de desenvolvimento regional e estabelecimento de regras de transição que assegurem os contratos existentes de atração de investimentos.
- Estabelecimento de uma política de incentivos às exportações com mecanismos permanentes de compensação aos exportadores, sem prejuízos aos estados. O governo federal deve ser o responsável pela política de incentivo às exportações e encontrar uma solução transitória para garantir o aproveitamento dos créditos tributários existentes nas empresas.

A questão fiscal



Para contribuir com o debate sobre a questão fiscal e tributária, a CNI e a Fundação Getúlio Vargas lançaram o livro *O dilema fiscal: remendar ou reformar*. Na obra, os economistas Fernando Rezende, Fabrício Oliveira e Erika Araújo analisam as origens, a qualidade e os desequilíbrios do sistema tributário brasileiro. A obra defende uma reforma abrangente que permita a redução dos gastos públicos, uma nova organização fiscal e a revisão do sistema de Previdência Social.

3.2.1 Ações na área de política econômica, fiscal e tributária

<p>Tributação</p>	<p>Organizou reuniões com empresários e governadores com objetivo de buscar o consenso para a modernização do sistema de cobrança de impostos.</p> <p>Acompanhou e fez sugestões à proposta de reforma tributária que o Executivo prepara para encaminhar ao Congresso em 2008.</p> <p>Sugeriu o estabelecimento de um calendário para extinção gradual da CPMF. Mas a resistência do governo em abrir mão de parte da arrecadação resultou na extinção do tributo.</p> <p>Propôs medidas de desoneração dos investimentos. Essas sugestões integram o conjunto de contribuições da CNI à nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior que o governo deve lançar em 2008.</p> <p>Lançou o livro <i>O dilema fiscal: remendar ou reformar?</i>, que analisa as origens, a qualidade e os desequilíbrios do sistema tributário brasileiro. A obra, resultado de uma parceria com a Fundação Getúlio Vargas, defende uma reforma abrangente que permita a redução dos gastos públicos, uma nova organização fiscal e a revisão do sistema de Previdência Social.</p>
<p>Previdência Social</p>	<p>Participou do Fórum Nacional da Previdência Social. Apresentou estudos técnicos e sugestões de mudanças para garantir a sustentação a longo prazo do sistema de pagamento de aposentadorias e benefícios sociais.</p>
<p>Defesa da concorrência</p>	<p>Sugeriu o aperfeiçoamento do projeto de reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.</p>
<p>Câmbio</p>	<p>Organizou estudos técnicos sobre os efeitos da desvalorização do dólar frente ao real sobre a competitividade dos produtos brasileiros.</p> <p>Propôs medidas para amenizar o impacto da desvalorização do dólar frente ao real nas indústrias.</p>
<p>Financiamento</p>	<p>Defendeu a retomada da agenda para redução dos <i>spreads</i> bancários e sugeriu medidas para redução dos custos dos empréstimos.</p>

REGRAS CLARAS E ADMINISTRAÇÃO EFICIENTE SÃO DECISIVAS PARA A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E A MODERNIZAÇÃO DOS SETORES DE TRANSPORTES, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO

3.3 INFRA-ESTRUTURA

A MODERNIZAÇÃO E A AMPLIAÇÃO dos sistemas de transportes, de energia e saneamento básico dependem de marcos regulatórios que dêem segurança e atraiam os investidores privados. Em 2007, a CNI e o Conselho Temático Permanente de Infra-Estrutura reafirmaram que a definição de regras claras e de sistemas de administração eficientes nessas áreas são indispensáveis à manutenção do ritmo de crescimento da economia.

Em dois estudos, um que trata da matriz energética e outro de portos brasileiros, a indústria apresentou diagnósticos e sugestões para melhorar a competitividade do produto brasileiro. Ambos convidam à reflexão e se somam às contribuições oferecidas pelo setor produtivo ao debate da questão da infra-estrutura no país.



No trabalho Matriz Energética: Cenário, Oportunidades e Desafios, a CNI aponta as tendências do mercado internacional e da evolução de preços dos principais insumos energéticos. Lembra que a implantação de importantes projetos de geração de energia está comprometida pela falta de regras claras na área de proteção e licenciamento ambiental. Destaca ainda que a disponibilidade, os preços e a qualidade da energia são determinantes para a competitividade dos produtos brasileiros.

O diagnóstico e as perspectivas para o setor são complementados por uma agenda para a questão energética. Nessa agenda, a indústria propõe medidas para reduzir os riscos dos investidores, como estratégia para garantir o suprimento e aumentar a oferta de energia. Também sugere a melhoria das condições de financiamento e a redução dos tributos e encargos para diminuir os custos da energia. A agenda propõe ainda a valorização da geração hidrelétrica, o incentivo ao uso racional e apoio às fontes alternativas de energia.

A CNI também deu sugestões para a definição de normas para a área de gás natural. Em junho, a indústria realizou o seminário Gás Natural: Marco Regulatório e Atração de Investimento. A aprovação de normas próprias para o setor, com definições sobre mercados e os diversos usos do combustível, dará segurança aos investidores e ajudará a acelerar projetos de exploração de gás, reduzindo a dependência externa do país.

A indústria também apresentou propostas para a modernização dos portos brasileiros. No trabalho intitulado Reforma Portuária: o que Falta Fazer, a CNI defende a privatização das administrações portuárias. O estudo mostra que as administrações portuárias públicas não têm capacidade para responder com eficiência ao aumento das cargas e das exigências de competitividade do mercado internacional.

O modelo público de administração portuária perpetua problemas de gestão empresarial e a inadequação de processos administrativos e burocráticos. Prejudica ainda os investimentos e a definição de políticas e planejamento para o setor portuário.

Apesar dos avanços obtidos a partir da aprovação da Lei dos Portos (Lei nº 8.630/93), as administrações dos grandes portos públicos têm baixo nível de eficiência. Na avaliação da indústria, o Brasil precisa resgatar os objetivos iniciais da Lei dos Portos, que apontam para a privatização integral do sistema. No estudo, a CNI lembra que a modernização das administrações portuárias é fundamental para a eficiência do sistema de transportes, redução dos custos e garantia da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Avanços e desafios em infra-estrutura

O Brasil deu passos importantes para a recuperação da infra-estrutura. No início de 2007, o governo anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contemplou sugestões da indústria na área de desoneração dos investimentos. Entretanto, há desafios que precisam ser vencidos para que o PAC produza os resultados esperados. Entre esses obstáculos, estão a qualificação do pessoal e a modernização da administração pública, o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental, a definição das competências dos órgãos de meio ambiente e a independência das agências reguladoras. Na visão da indústria, o êxito do PAC também depende da criação de formas de investimentos e contratação de obras, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs).

A CNI considera que o investimento público em infra-estrutura ainda não alcançou a velocidade e o volume esperados. Em 2007, menos da metade dos investimentos previstos foram executados. Há a expectativa de que em 2008 o quadro melhore, na medida em que os projetos e obras previstos comecem a ser concretizados.

Um avanço importante na área de infra-estrutura em 2007 foi a retomada das outorgas para iniciativa privada de empreendimentos nas áreas de telecomunicações, rodovias, ferrovias, geração e transmissão de energia elétrica, pesquisa e exploração de petróleo e gás natural. Foram leiloados sete lotes de rodovias, um trecho da Ferrovia Norte-Sul, a hidrelétrica de Santo Antônio e licenças para exploração da terceira geração da telefonia celular.

Os leilões de concessão realizados em 2007 transmitiram sinais positivos ao mercado. Na área de transporte e de geração de energia elétrica, o novo modelo de licitação e a eliminação da taxa de outorga aliada aos bons indicadores econômicos do país reduziram preços ao consumidor, aumentando a competitividade dos produtos industriais.





3.3.1 Ações voltadas à recuperação e ampliação da infra-estrutura

<p>Energia</p>	<p>Discutiu e sugeriu propostas para a Lei do Gás Natural.</p> <p>Realizou o seminário Gás Natural: Marco Regulatório e Atração de Investimento.</p> <p>Organizou o estudo Matriz Energética: Cenário, Oportunidades e Desafios, em que aponta as tendências do mercado internacional e da evolução de preços dos principais insumos energéticos.</p> <p>Debateu e propôs o aperfeiçoamento do projeto de lei que prevê a criação de incentivos ao uso de fontes alternativas e renováveis de energia.</p>
<p>Portos</p>	<p>Organizou o estudo Reforma Portuária: o que Falta Fazer. A CNI defende a privatização das administrações portuárias.</p>
<p>Programa de Aceleração do Crescimento</p>	<p>Debateu e sugeriu o aperfeiçoamento de medidas do PAC.</p> <p>Participou de audiências públicas no Senado e na Câmara para discutir o PAC.</p> <p>Acompanhou os calendários e os desembolsos para implementação das obras previstas no PAC.</p>

REDUÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO DIMINUIRÁ CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS E INCENTIVARÁ INVESTIMENTOS, ESPECIALMENTE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

3.4 FINANCIAMENTO

A RETOMADA DA TRAJETÓRIA de redução da taxa básica de juros, a Selic, e o aumento da oferta de crédito ajudaram a promover o crescimento econômico em 2007. Mesmo assim, os custos dos empréstimos vigentes no Brasil, que estão entre os mais altos do mundo, desestimulam os investimentos, especialmente das empresas de pequeno e médio porte. Por isso, a indústria recomenda a retomada da agenda de redução dos *spreads* bancários.

Estudo da CNI mostra que o *spread* médio pago pelas empresas brasileiras é de cerca de 13,5% ao ano e representa mais da metade do custo do financiamento bancário. Nesse trabalho, a indústria alertou que as medidas adotadas pelo governo em setembro de 2006 produziram poucos efeitos e recomendou uma série de ações coordenadas destinadas a diminuir os custos da intermediação financeira.





Entre as medidas propostas está a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e dos depósitos compulsórios, além da implementação do cadastro positivo de crédito. Ao longo de 2007, a indústria também acompanhou os movimentos da política monetária e avaliou as decisões tomadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, sobre as taxas de juros.

Na visão da CNI, a queda mais acentuada e consistente dos juros e dos *spreads* bancários depende da política fiscal. Ou seja, o corte dos gastos públicos é decisivo para promover a mudança na condução da política monetária e melhorar as condições e os custos do crédito no Brasil.

Propostas para redução do *spread* bancário

- Desoneração das operações de crédito e contenção dos gastos públicos.
- Implementação das medidas que promovam a concorrência entre os bancos.
- Redução gradual das exigências dos depósitos compulsórios.
- Criação e regulamentação do cadastro positivo de crédito.

REFORMA TRABALHISTA DEVE PRIVILEGIAR A LIVRE NEGOCIAÇÃO ENTRE EMPREGADORES E EMPREGADOS E REDUZIR OS CUSTOS DAS CONTRATAÇÕES

3.5 RELAÇÕES DE TRABALHO

O CENÁRIO POLÍTICO EM 2007 não foi favorável ao avanço da reforma trabalhista. Com isso, as ações da CNI, respaldadas pelo Conselho Temático Permanente de Relações do Trabalho, se concentraram na apresentação de propostas de mudanças pontuais na legislação em vigor. O trabalho, que teve o apoio das demais confederações de empregadores, reunidas no Grupo Interconfederativo de Empregadores (GIEMP), tratou da terceirização e da substituição processual.

A proposta dos empresários para mudar as regras que regem a terceirização do trabalho foi debatida no GIEMP e está sendo avaliada com o Ministério do Trabalho e Emprego para posterior negociação com os trabalhadores. Os empresários sugerem que a revisão das regras da terceirização dê segurança jurídica e garanta a competitividade das empresas contratantes, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores.



Além disso, a CNI contribuiu para a formação do Grupo de Trabalho para a discussão do financiamento da organização sindical de empregadores, composto por representantes do Ministério do Trabalho e dos empresários. Caberá ao Grupo de Trabalho Empregador discutir mecanismos para a sustentação financeira das organizações sindicais patronais.

Contudo, a CNI entende que é preciso muito mais para modernizar as leis trabalhistas, um dos requisitos indispensáveis ao aumento da oferta de empregos e ao crescimento sustentado da economia brasileira. Na avaliação da CNI, a lei atual, uma das mais rígidas do mundo, desestimula a criação de empregos e tampouco protege o trabalhador. A reforma deve privilegiar a livre negociação entre empregadores e empregados e reduzir os custos das contratações. Com isso, o ambiente institucional incentivará a criação de vagas formais, oferecerá maior proteção aos trabalhadores e garantirá a competitividade das empresas. A CNI também entende que a reforma trabalhista deve andar junto com a reforma sindical.

3.5.1 Ações na área de relações do trabalho

Terceirização	<p>Discutiu e formulou propostas com o Grupo Interconfederativo de Empregadores para modernizar as regras de terceirização do trabalho. A indústria defende normas que dêem segurança jurídica às empresas sem prejuízo aos direitos dos trabalhadores.</p> <p>Participou de audiência pública na Subcomissão Permanente de Regulamentação de Serviços Terceirizados da Câmara dos Deputados.</p>
Saúde e Segurança no Trabalho	<p>Participou e formulou propostas para a revisão de normas que visam a saúde e segurança no trabalho.</p> <p>Apresentou estudo técnico com medidas que visam a ampliação do prazo para substituição de máquinas e melhorias tecnológicas e de proteção à saúde dos trabalhadores das marmorarias.</p> <p>Garantiu a prorrogação do prazo concedido pela Portaria nº 232/2007 do Ministério da Previdência para impugnação dos dados relativos ao Fator Acidentário de Prevenção e apresentou ao STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre o Nexo Técnico Epidemiológico.</p>
Representação	<p>Participou da 1ª Conferência Brasileira de Relações do Trabalho, promovida pelo Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho, em 5 e 6 de novembro, em São Paulo.</p> <p>Participou do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, que ocorreu de 11 a 14 de novembro, em Salvador.</p> <p>Participou do Seminário Bipartite de Emprego e Igualdade de Oportunidades, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 26 e 27 de novembro, em São Paulo.</p>

A CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL AOS NEGÓCIOS PASSA PELA SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS E A REDUÇÃO DE EXIGÊNCIAS BUROCRÁTICAS QUE ELEVAM OS CUSTOS DE PRODUÇÃO

3.6 DESBUROCRATIZAÇÃO

O EXCESSO DE BUROCRACIA empurra as empresas para a informalidade, eleva os custos de produção e traz prejuízos ao governo e à sociedade. Para ajudar o país a superar mais esse obstáculo ao crescimento, a CNI apoiou e sugeriu o aperfeiçoamento do projeto de lei que criou a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). Sancionada com vetos em dezembro de 2007, a Lei nº 11.598 é um passo importante para a formalização das empresas.

Além disso, em parceria com a Confederação da Indústria Britânica (CBI), a CNI assinou em 2007 um convênio com o governo do Reino Unido. Por meio do acordo, a indústria brasileira buscará subsídios para formular propostas nas áreas de trabalho, tributação e pesquisas que reduzam a burocracia e criem um ambiente mais favorável aos negócios.



Na área de trabalho, representantes da indústria brasileira avaliarão as formas de contratação na União Européia e no Reino Unido. A idéia é recolher informações para uma proposta que modernize e amplie as formas de contratos de trabalho no país.

Na área tributária, industriais brasileiros e britânicos trocarão experiências sobre sistemas de cobrança de impostos e possibilidades de repartição da arrecadação entre união, estados e municípios. O intercâmbio de conhecimentos também ajudará a incrementar pesquisas e estudos sobre os obstáculos e as oportunidades de negócios nos dois países.

Em 2007, a CNI firmou uma parceria com a International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial. O acordo prevê a participação da CNI no projeto *Municipal Scorecard*, que visa à redução dos processos burocráticos nos municípios. Pesquisa realizada em 2007 pelo *Municipal Scorecard* em 65 cidades latino-americanas, das quais 25 são brasileiras,

avaliou a qualidade dos serviços prestados pelos municípios no processo de abertura de empresas, na concessão de alvarás de construção e outros. Entre os critérios para avaliação estão o custo, o prazo, a disponibilidade de informações e os serviços de inspeção.

Todas as cidades brasileiras estão distantes dos parâmetros considerados ideais pelo IFC, que são de dois a três dias para abrir uma empresa e no máximo 20 dias para obter permissão para uma obra. Em Vitória, cidade brasileira melhor avaliada, os empresários precisam de 18 dias para obter uma licença de funcionamento. Em Guarulhos, no interior de São Paulo, o tempo sobe para 210 dias.

A participação no projeto *Municipal Scorecard* é uma contribuição da CNI para que os municípios brasileiros simplifiquem os processos burocráticos e criem um ambiente favorável à abertura e formalização dos negócios.

MECANISMOS DE ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DEVEM SER APERFEIÇOADOS PARA QUE O PAÍS DOBRE INVESTIMENTOS NA ÁREA ATÉ 2010

3.7 INOVAÇÃO

O BRASIL PRECISA DOBRAR os investimentos em pesquisa e desenvolvimento até 2010. Para alcançar essa meta, além do esforço do setor privado, o país deve aperfeiçoar os mecanismos oficiais de estímulo à inovação e rever periodicamente o papel das instituições e os instrumentos de política de inovação. Um passo importante foi dado com o lançamento do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional – o PAC da Inovação. Atendendo às sugestões da indústria, cerca de metade dos R\$ 40 bilhões previstos no programa são destinados ao processo de promoção da inovação nas empresas.

Outra conquista da CNI foi a criação do Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). As três vagas reservadas ao setor empresarial são ocupadas por representantes da CNI, o que amplia a influência da indústria na definição de estratégias e políticas de alocação de recursos destinados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação. O Conselho conta ainda com membros do governo, da comunidade científica e dos trabalhadores da área de ciência e tecnologia.





As contribuições da indústria para o processo de desenvolvimento tecnológico do país em 2007 foram orientadas pelos debates e conclusões do 2º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria. O evento reuniu, de 23 a 25 de abril, em São Paulo, mais de 700 pessoas, entre especialistas, acadêmicos, pesquisadores, empresários e representantes do governo. Organizados pela CNI e o Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico, os debates do 2º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria começaram com encontros preparatórios nos estados.

Os *workshops* nos estados foram orientados por um conjunto de trabalhos sobre política industrial feitos por pesquisadores e empresários coordenados pela **Rede de Estudos de Desenvolvimento Industrial da CNI**³.

3

A Rede de Estudos de Desenvolvimento Industrial, que se consolidou em 2007, foi criada com objetivo de reunir conhecimento e informações estratégicas que estimulem a reflexão e subsidiem o trabalho da CNI na formulação de proposições para a política industrial e a expansão das empresas. A iniciativa integra a Rede de Articulação de Competências, um projeto da CNI em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Financiadora de Estudos e Projeto (FINEP). A Rede de Competências contribui com o planejamento de empresas ou setores, a formulação de políticas industriais nacionais, estaduais ou regionais voltadas ao desenvolvimento industrial, tecnológico e de comércio exterior. É mais uma contribuição da CNI para o país criar um ambiente inovador de aprendizagem e cooperação entre empresas, governo e centros de conhecimento.

Eles estudaram os grandes temas da política industrial, como estratégia de desenvolvimento industrial, política industrial, macroeconomia, regionalização da política industrial e inserção internacional da indústria. Além dos encontros nos estados, os estudos temáticos subsidiaram os debates do 2º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria e são a base para as proposições da CNI na área de desenvolvimento tecnológico e política industrial.

As sugestões do 2º Congresso foram consolidadas no documento Inovar para Crescer – Propostas para Acelerar o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Brasileira. As propostas orientaram o diálogo do setor produtivo com o governo, o Poder Legislativo e a comunidade acadêmica. O objetivo da CNI é que o Brasil alcance a meta de investir 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em inovação até 2010. Isso aproximará o país de outros competidores internacionais, como a Coreia, onde os investimentos em inovação representam 3% do PIB.





Incentivo ao desenvolvimento tecnológico

As principais propostas da indústria para a inovação:

- Ampliar o acesso das empresas às linhas de crédito existentes e articular as ações das agências financiadoras.
- Rever os incentivos à pesquisa e inovação previstos na Lei do Bem, que ampliou os benefícios fiscais previstos na Lei de Inovação. A proposta é aumentar o número de empresas que podem se beneficiar dos incentivos, como as que atuam no regime de lucro presumido e as micro e pequenas empresas.
- Dar continuidade ao processo de modernização do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), para acelerar a modernização do sistema de aprovação dos processos de marcas e patentes.
- Estimular uma nova visão de parceria público-privada, integrando a atuação dos organismos do governo federal voltados ao apoio à inovação.
- Estruturar a política de incentivo à expansão da nanotecnologia com foco na indústria, estimulando o desenvolvimento da ciência por meio de um sistema de encomendas tecnológicas.

O PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A NOVA INDÚSTRIA É UMA INICIATIVA DA CNI QUE SERÁ EXECUTADA PELO SESI E SENAI, E INVESTIRÁ R\$ 10,45 BILHÕES ATÉ 2010 NA FORMAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL DE 16,2 MILHÕES DE BRASILEIROS

3.8 EDUCAÇÃO

A CNI REAFIRMOU o compromisso da indústria com a educação e a qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros. Em agosto de 2007, lançou o programa Educação para a Nova Indústria, que prevê investimentos de R\$ 10,45 bilhões na educação básica e profissional de 16,2 milhões de brasileiros.

Os recursos serão aplicados até 2010 na ampliação e modernização da rede de escolas e laboratórios, no treinamento dos professores e na revisão dos conteúdos dos cursos do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Esses investimentos representam uma resposta da indústria ao desafio de oferecer uma educação de qualidade e aumentar as oportunidades para a formação de profissionais criativos e empreendedores que atendam aos requisitos do mercado de trabalho.



O programa contempla a expansão e a diversificação da oferta de educação básica, continuada e profissional ajustadas às necessidades atuais e futuras da indústria. Para isso, investirá na modernização de escolas, laboratórios, oficinas, máquinas, equipamentos, ferramentas, unidades móveis e *kits* didáticos de Sesi e Senai. Também prevê a formação de professores e instrutores sintonizados com as novas competências técnicas, pedagógicas e didáticas.

A partir de um acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, a CNI passou a influenciar programas de ensino, de pesquisa e de extensão para o desenvolvimento de tecnologias aplicáveis à indústria e para a formação de pessoal qualificado para o setor.

O acordo prevê apoio a grupos de pesquisa de Sesi, Senai e IEL, e a programas de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros. Também contempla o incentivo a parcerias universitárias binacionais, acordos das entidades da indústria com universidades estrangeiras e concessão de recursos a eventos científicos, tecnológicos e culturais com abrangência nacional e internacional. Inclui ainda o financiamento de intercâmbio de professores e bolsas de estudo para alunos no exterior.

A partir de 2008, o presidente da CNI ocupa uma vaga no Conselho Superior da Capes e contribuirá com a formulação de políticas para a pós-graduação.

3.8.1 Principais metas do programa Educação para a Nova Indústria

PERÍODO 2007-2010

- 2.306.000 formaturas em cursos de educação de jovens e adultos.
- 848 mil matrículas na educação básica de crianças e jovens.
- 4 milhões de matrículas na educação continuada.
- 830 mil livros.
- 510 novos laboratórios de ciências.
- 28 mil computadores.
- 9.607.132 matrículas em formação inicial e continuada de trabalhadores.
- 482 mil matrículas em cursos de educação profissional técnica e de nível médio.
- 32.690 matrículas em cursos técnicos de nível superior.
- 1 milhão de matrículas em competências transversais.
- 100 mil matrículas nos cursos de formação inicial e continuada SENAI 24 Horas.
- 120 mil matrículas nos cursos de formação inicial e continuada do SENAI Itinerante.
- 300 novos *kits* didáticos para o SENAI.

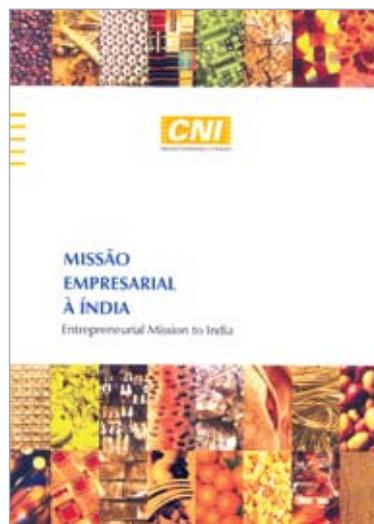
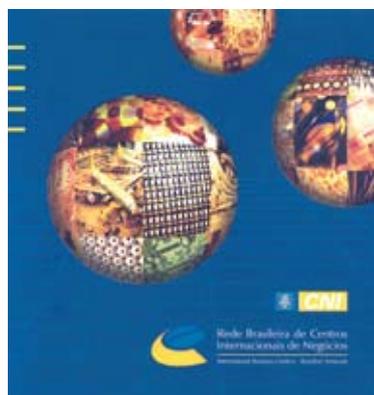
AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL É UM DOS INGREDIENTES INDISPENSÁVEIS À ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

3.9 POLÍTICA COMERCIAL E DE ACESSO A MERCADOS

O CRESCIMENTO ECONÔMICO DEPENDE, entre outros fatores, do aumento da participação do Brasil no comércio mundial. Por isso, a inserção do Brasil no mercado internacional está entre as prioridades da indústria. Com o apoio do Conselho Temático Permanente de Integração Internacional, da Coalizão Empresarial e de parcerias com as congêneres de outros países, a CNI acompanha e elabora estudos e propostas para subsidiar as negociações de acordos comerciais do Brasil com outros países ou blocos econômicos. Também oferece serviços e programas para exportadores e empresas dispostas a conquistar mercados externos.

O trabalho de promoção comercial é desenvolvido pelos Centros Internacionais de Negócios (CIN). Vinculados às Federações de Indústrias dos Estados e do Distrito Federal, os 27 centros formam a Rede CIN, que mantém serviços de consultoria, capacitação empresarial e informações voltadas especialmente para pequenas e médias empresas.

Entre as ações da Rede CIN voltadas à ampliação das exportações está a organização de missões comerciais prospectivas às principais feiras setoriais do mundo, que integra o Programa Ações Integradas de Promoção Comercial no Exterior. Em 2007, foram realizadas oito missões comerciais prospectivas, que tiveram a participação de 260 empresas. Essas missões facilitam o acesso dos empresários às novas tecnologias, tendências de produção e consumo e contatos com empresas estrangeiras.



Além disso, a Rede CIN oferece, em parceria com a consultoria Aduaneiras, o Programa de Capacitação Empresarial e de Fomento à Cultura Exportadora, voltado às empresas de pequeno e médio porte. Ao longo de 2007, ocorreram 48 cursos em 26 estados. Foram 526 horas de treinamento na área de comércio exterior que tiveram a participação de 1.248 pessoas. Na área de inteligência comercial, a CNI dispõe de uma série de ferramentas, como o Catálogo de Exportadores Brasileiros e um sistema de emissão de Certificados de Origem.

Acordos Comerciais

A CNI acompanhou as negociações de acordos comerciais do Brasil com outros países e blocos econômicos. Os resultados alcançados nessa área são pouco animadores. Não houve definição da agenda para a retomada da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os negociadores oficiais também não conseguiram superar as divergências para concluir acordos regionais e bilaterais que envolvem o Brasil, como os tratados entre o Mercosul e a União Européia, o Conselho de Cooperação do Golfo e a União Aduaneira Sul-Africana.

As divergências também impediram progressos na agenda interna do Mercosul e nos projetos de integração da América Latina. O único avanço nessa área foi a assinatura do acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel.

Nesse contexto, a CNI começou a desenhar em 2007 uma proposta das prioridades da indústria brasileira no mercado da América do Sul. A organização da agenda partirá de uma série de estudos que identificam os interesses econômicos da indústria brasileira em cada país sul-americano. Os estudos que englobam as áreas de produtos, investimentos e serviços serão a base para reforçar a participação do setor privado na formulação de estratégias para os acordos do Brasil com a região.



Relações com o México

A CNI atuou com o objetivo de ampliar o escopo do Acordo de Complementação Econômica 53, firmado com o México. As propostas da CNI, aprovadas pela Coalizão Empresarial Brasileira, foram encaminhadas ao governo e apresentadas na 7ª Reunião Plenária do Comitê Empresarial Brasil-México, que ocorreu na Cidade do México em agosto do ano passado, e teve a presença dos presidentes do México, Felipe Calderón, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

O ACORDO PREVÊ PREFERÊNCIAS tarifárias para 800 itens. A meta da indústria é ampliar essa lista de produtos para aumentar o fluxo de comércio, serviços e investimentos entre os dois países e avançar para um tratado de livre comércio. As propostas da indústria levadas ao governo são:

- desgravação de todos os produtos em um prazo de até dez anos;
- adoção dos níveis de preferências já negociados entre os países, com uma preferência mínima de 30% no primeiro ano do acordo;
- aplicação automática dos cronogramas de desgravação tarifária a todos os produtos;
- admissão de uma lista de produtos sensíveis que terão prazo de dez anos, com dois de carência, para a desgravação tarifária. Essa lista não deverá superar 5% dos itens tarifários e 5% do valor de comércio;
- inclusão de capítulos sobre liberalização do comércio de serviços e proteção dos investimentos.



Rede premiada

Dois projetos da Rede CIN receberam, em 2007, o Prêmio da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP). A metodologia do programa Exporta CIN, da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), e o sistema informatizado de emissão de certificados de origem, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), foram reconhecidos como melhores práticas de apoio à exportação.

O programa Exporta CIN, que ensina pequenas e médias empresas a conquistar o mercado internacional, já beneficiou 41 indústrias em 13 estados. Em Goiás, o programa atendeu as empresas Alcafoods, Bracen e Poty Rô. Em Minas Gerais, a FIEMG desenvolveu o *software* Origem. Além de facilitar o processo de emissão de certificados de origem, o programa orienta o exportador sobre os benefícios dos acordos comerciais e analisa as informações cadastradas na fatura comercial.

Ação política no exterior

Líder da indústria brasileira, a CNI coordenou comitivas empresariais que acompanharam as viagens do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Índia, Portugal, Bélgica, México, América Central, Países Nórdicos e África do Sul. Também participou de conselhos empresariais, seminários e encontros internacionais e firmou parcerias com suas congêneres de outros países. Além de reforçar a representatividade da indústria no exterior, essas ações são uma contribuição da indústria para melhorar o clima de negócios, promover o comércio exterior e os investimentos no Brasil.

Com objetivo de apresentar as potencialidades do país, facilitar o intercâmbio de experiências e promover a cooperação com empresários estrangeiros, a CNI também realizou encontros e seminários no Brasil, como a XII Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, o 25º Encontro Econômico Brasil-Alemanha e o *Workshop* Brasil-Estados Unidos: Para uma Visão Estratégica da Relação Bilateral.

Coordenadora da seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), a CNI realizou com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais e a Fundação Armando Álvares Penteado um *workshop* para debater estratégias para o aprimoramento das relações entre os dois países. A agenda empresarial proposta no encontro contempla as áreas de biocombustíveis, o tratado de bitributação e o esforço conjunto para liberalização do comércio internacional.

Essa agenda foi alvo de debates da 26ª Reunião Plenária do CEBEU realizada em outubro de 2007, em Washington DC. A CNI também participou de visitas feitas pelos integrantes do Conselho a parlamentares e representantes do governo norte-americano para apresentar as sugestões dos empresários sobre as relações comerciais entre os dois países.

A seguir, é apresentado um mapa com as ações estratégicas da CNI pelo mundo, demonstrando em quais países possui representação e onde promoveu o comércio, negociações internacionais e conferências sobre o meio ambiente.

pág 50

**MAPA EM ARQUIVO
SEPARADO**

pág 51

**MAPA EM ARQUIVO
SEPARADO**

3.9.1 Ações que promovem a inserção internacional do Brasil

<p>Promoção das exportações e serviços de inteligência comercial</p>	<p>Organizou oito missões comerciais prospectivas às principais feiras internacionais.</p> <p>Concluiu a primeira fase do programa Exporta CINI, com a participação de 39 empresas de pequeno e médio porte. Dessas, 19 fecharam negócios e 11 estão em negociações com clientes estrangeiros.</p> <p>Reestruturou o Catálogo de Exportadores Brasileiros, que conta com os dados de 11.634 empresas. A publicação, em português, inglês e espanhol, pode ser vista na internet ou em cd-rom e é atualizada permanentemente.</p> <p>Promoveu a capacitação empresarial para o comércio exterior. Foram oferecidos 26 cursos em todo o país, dos quais participaram 1.248 pessoas.</p> <p>Concluiu o Banco de Conhecimento de Comércio Exterior, que reúne informações de diversas fontes, dados nacionais e internacionais e índices de competitividade.</p>
<p>Defesa de interesses no exterior</p>	<p>Coordenou missões empresariais que integraram a comitiva do presidente da República para Índia, Portugal, Bélgica, México, América Central, Países Nórdicos e África do Sul.</p> <p>Promoveu e participou de reuniões, seminários e encontros empresariais de cooperação econômica que ocorreram no Brasil.</p> <p>Participou da definição e da apresentação a autoridades e parlamentares norte-americanos e brasileiros da agenda empresarial para reforçar as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos.</p>
<p>Acordos comerciais</p>	<p>Sugeriu que o Congresso brasileiro só aprove o ingresso da Venezuela ao Mercosul depois da definição dos direitos e obrigações do novo sócio do bloco.</p> <p>Propôs a ampliação dos acordos comerciais com o México e a negociação de uma área de livre comércio entre o Brasil e aquele país.</p> <p>Desenvolveu estudos para identificar os reais interesses da indústria brasileira nos países da América do Sul.</p>

REGRAS PARA LICENCIAMENTO E COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DEVEM CONJUGAR PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E CRESCIMENTO ECONÔMICO

3.10 MEIO AMBIENTE

A INDÚSTRIA ENTENDE QUE A PRESERVAÇÃO dos recursos naturais e da biodiversidade é requisito fundamental para o futuro das empresas e do país. Com o apoio do Conselho Temático Permanente de Meio Ambiente, a CNI ampliou o debate das questões ambientais. Entre 13 e 15 de junho de 2007, realizou a I Conferência da Indústria Brasileira para o Meio Ambiente (CIBMA), que reuniu mais de 450 líderes empresariais em São Paulo. O evento reafirmou o compromisso da indústria com o desenvolvimento sustentável.

Os temas discutidos na Conferência, como reserva legal e áreas de preservação permanente, resíduos sólidos, recursos hídricos, licenciamento ambiental e relações institucionais, foram identificados em consultas prévias a federações de indústrias, sindicatos industriais e associações setoriais.

A partir desse amplo debate, a indústria se comprometeu a propor a revisão do processo de licenciamento ambiental. Incentivará acordos para a gestão de resíduos. Defenderá a posição da indústria brasileira nos fóruns internacionais e estimulará os mecanismos de desenvolvimento limpo e o uso sustentável da biodiversidade brasileira. Garantirá, ainda, que os recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso da água sejam investidos exclusivamente na gestão dos recursos hídricos.



Na avaliação da indústria, as regras em vigor criam obstáculos aos investimentos em áreas importantes, como as de infra-estrutura de energia. Por isso, a CNI defende a adoção de um marco regulatório que conjugue crescimento econômico e conservação do meio ambiente. Para aperfeiçoar a legislação, representantes da indústria participaram de diversos fóruns de debates sobre as questões ambientais. A ação da CNI garantiu o aperfeiçoamento das regras para compensação ambiental previstas no relatório do Projeto de Lei nº 266/07 apresentado à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Entre as propostas apresentadas pela indústria, o relatório contemplou a exclusão das melhorias tecnológicas no cálculo do valor devido a título de compensação ambiental. O relatório traz ainda avanços importantes para a fixação do limite máximo de 0,5% sobre o valor do empreendimento para a compensação ambiental.

A CNI também propôs o aperfeiçoamento do Projeto de Lei Complementar nº 388/07, que trata de licenciamento ambiental. O texto aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados, contempla sugestões da indústria. A Confederação também mandou representantes para a Conferência das Partes da Convenção de Mudanças do Clima, reunião anual da Convenção do Quadro das Nações Unidas para a mudança do clima, que ocorreu entre 3 e 14 de dezembro de 2007 na ilha de Bali, na Indonésia. O encontro discutiu estratégias para controlar as emissões de gases poluentes a partir de 2012, quando se esgotam os prazos e as metas fixadas no Protocolo de Quioto.

Agenda ambiental da indústria – Principais compromissos assumidos na I CIBMA

- Propor a urgente revisão do licenciamento ambiental, tornando-o mais rápido e objetivo.
- Promover o estabelecimento de acordos voluntários para a gestão de resíduos pós-consumo.
- Defender o posicionamento da indústria brasileira nos fóruns internacionais com o objetivo de garantir o princípio da responsabilidade comum, porém, diferenciada, e incentivar o mecanismo de desenvolvimento limpo.
- Incentivar o uso sustentável da biodiversidade brasileira.
- Garantir que os recursos financeiros resultantes da cobrança pelo uso da água sejam aplicados exclusivamente na gestão dos recursos hídricos.

CONSOLIDAÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL À EXPANSÃO E À FORMALIZAÇÃO DAS PEQUENAS INDÚSTRIAS DEPENDE DO APERFEIÇOAMENTO DA LEI GERAL

3.11 MICRO E PEQUENA EMPRESA

A REGULAMENTAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa esteve entre as prioridades da CNI em 2007. A lei representou um passo importante para a criação de um ambiente favorável à formalização e ao desenvolvimento dos pequenos empreendimentos. Mas alguns pontos precisam ser aperfeiçoados para que produza os efeitos desejados pela indústria.

Com a orientação do Conselho Temático Permanente da Micro e Pequena Empresa e o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a CNI participou do grupo de trabalho que construiu a proposta de regulamentação do Consórcio Simples. Integrante do Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, a CNI defendeu mudanças no Simples Nacional, em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.



Entre os pontos que precisam ser revistos estão a proibição para empresas optantes pelo Simples Nacional de transferir créditos tributários, a impossibilidade de usufruir de incentivos fiscais e a redução do prazo de recolhimento do tributo de 20 para 15 dias. É preciso definir ainda regras para as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas transações interestaduais.

A Lei Geral também foi alvo de discussões no encontro realizado pela CNI em Brasília no dia 12 de julho. Representantes de 26 federações de indústrias, da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas (Abigraf) e do Sebrae avaliaram o Simples Nacional e os capítulos não-tributários da nova lei. O encontro teve a participação do secretário-executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, Silas Santiago, e de representantes do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, que apresentaram a proposta de decreto de regulamentação das compras governamentais.

A CNI e o Conselho Temático Permanente da Micro e Pequena Empresa manterão em 2008 as ações para que as regras decorrentes da regulamentação da Lei Geral sejam indutoras da expansão e da modernização dos pequenos negócios.

Sugestões para o aperfeiçoamento da Lei Geral

- Os estados podem permitir a utilização de crédito presumido de ICMS por parte de empresas que compram bens e serviços de empresas optantes pelo Simples Nacional.
- Os estados e municípios podem conceder incentivos fiscais relativos ao ICMS ou ao ISS para as empresas optantes pelo Simples Nacional.
- O cálculo do diferencial entre a alíquota interna e a interestadual deve considerar as alíquotas aplicáveis às empresas não-optantes pelo Simples Nacional.

Investimento na expansão dos pequenos

Cinquenta e seis projetos, que beneficiarão 1.300 empresas do país, receberam em 2007 recursos financeiros e assessoria técnica do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas (Procompi). Resultado de uma parceria entre a CNI e o Sebrae, o programa estimula o desenvolvimento e a expansão das empresas. As ações são voltadas principalmente aos empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais (APLs), conglomerados de empresas de um mesmo setor que atuam na mesma região geográfica, competindo e concorrendo entre si.

A meta, que segue as diretrizes do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, é desenvolver a competitividade das cadeias produtivas, promovendo a inovação e a geração de emprego e renda nas diversas regiões do país.

O trabalho do Procompi inclui a articulação das empresas com federações de indústrias e unidades regionais do Sebrae, parcerias com sindicatos empresariais, governos e organismos de financiamento. O programa oferece consultoria para a definição do planejamento estratégico das cadeias produtivas, com diagnóstico e identificação de ações prioritárias e projetos de médio e longo prazo. Organiza programas de capacitação empresarial nas áreas de gestão da qualidade, do meio ambiente, de custos e de absorção de novas tecnologias, entre outros serviços.

O programa também apóia a inserção de produtos nos mercados nacional e internacional, financiando a participação em feiras, o registro de marcas, a busca de certificação de qualidade e os investimentos em design. As ações prevêm ainda o desenvolvimento de líderes e a disseminação da cultura de cooperação.

AÇÕES QUE PROMOVEM O BEM-ESTAR SOCIAL MELHORAM A IMAGEM DAS EMPRESAS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA A EXPANSÃO DA ECONOMIA

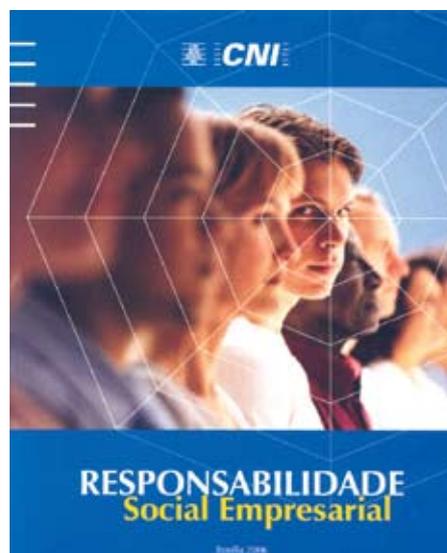
3.12 RESPONSABILIDADE SOCIAL

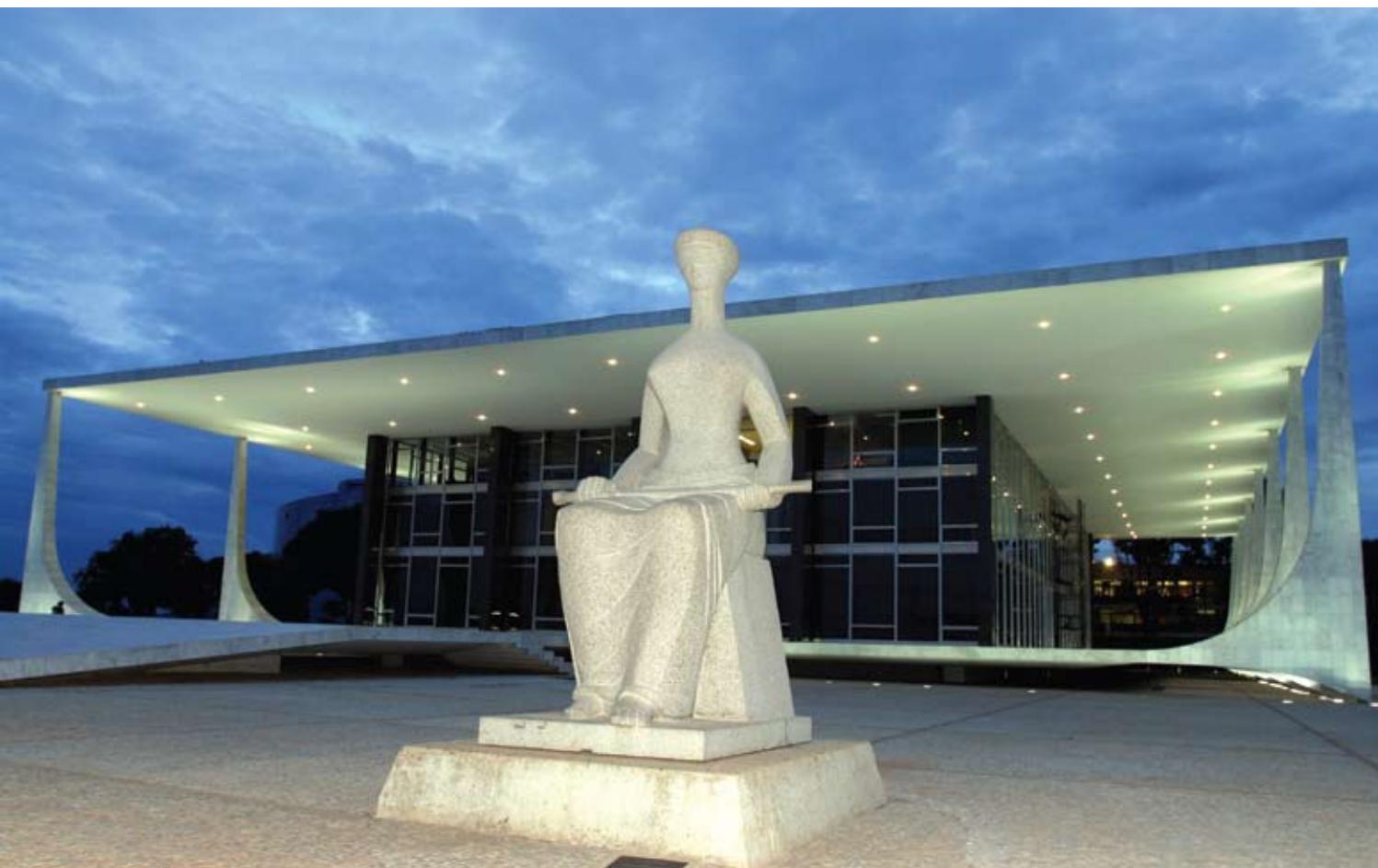
A RESPONSABILIDADE SOCIAL PROMOVE o desenvolvimento sustentado dos negócios, melhora a imagem das empresas brasileiras e é fundamental para a expansão da economia e a melhoria da qualidade de vida da população. Em sintonia com o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 e com o Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social, a CNI estimula ações das empresas e apoia iniciativas coletivas que promovam o bem-estar social.

Em 2007, a CNI e a sua congênere norueguesa Confederation of Norwegian Enterprise (NHO) realizaram um *workshop* sobre responsabilidade social. Nos dias 29 e 30 de novembro, representantes de seis empresas brasileiras e seis norueguesas trocaram experiências e avaliaram projetos e cooperação na área de responsabilidade social. O *workshop* teve o apoio das Federações de Indústrias de São Paulo (FIESP) e Rio de Janeiro (FIRJAN).

A indústria é parceira do Instituto Cidadania no Prêmio Construindo a Nação, que homenageia projetos de cidadania desenvolvidos por estudantes dos ensinos fundamental e médio do país. A parceria, firmada em 2006, permitiu a ampliação do prêmio para sete estados. Em 2007, outros seis estados participaram do concurso que envolveu 2,2 milhões de alunos. A meta é que até 2010 o prêmio chegue a todos os estados e envolva 6 milhões de estudantes.

Além disso, a CNI participou dos debates sobre a norma ISO 26.000, que definirá as regras da responsabilidade social empresarial. O guia internacional que orientará as ações das empresas nessa área deve ser publicado em dezembro de 2008. A instituição também acompanhou o andamento de proposições legislativas voltadas à área de responsabilidade social, como o Projeto de Lei nº 1.300/99, que altera dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelece que as doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente serão integralmente deduzidas do Imposto de Renda.





Ações no Judiciário

A CNI ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.931, em que pede declaração de inconstitucionalidade do Artigo 21-A da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 11.430 de 2006, que passou a caracterizar o acidente de trabalho a partir da verificação do nexó técnico epidemiológico entre o trabalho da empresa e o agravo, com base em estudo probabilístico.

Também ajuizou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 116, em que ataca a Resolução Conama nº 369 de 2006 que, dispondo sobre os casos excepcionais que permitem a intervenção ou supressão em Área de Preservação Permanente, acabou por conferir diferenciação não razoável aos setores de areia, argila, saibro e cascalho, ao caracterizá-los como de interesse social, eis que os demais setores da mineração foram considerados como de utilidade pública. Na visão da CNI, a Resolução viola preceitos fundamentais da Constituição Federal, principalmente porque impede que os setores produtivos atingidos exerçam integralmente suas atividades.

A CNI requereu o ingresso, na qualidade de *amicus curiae*, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239, em que se questiona a constitucionalidade do Decreto nº 4.887 de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas. A CNI sustenta que o Decreto viola os princípios da legalidade e da separação dos poderes, além de criar uma espécie inconstitucional de desapropriação e uma *sui generis* de reforma agrária.



Requeru ingresso na Ação Direta de Constitucionalidade nº 18, em que o presidente da República pretende que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheça a constitucionalidade do Inciso I, do parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 9.718 de 1998, que fundamentaria a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo da Cofins e do PIS/PASEP. A CNI sustenta que o ICMS não pode estar incluído na base de cálculo daquelas contribuições.

Em 2007, a indústria registrou conquistas importantes com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 1.074 e 1.976, que buscavam, respectivamente, afastar a exigência de depósito prévio e integral do valor do débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para fins de discussão perante o Poder Judiciário e a exigência de depósito prévio e/ou arrolamento de bens e direitos, no montante equivalente a 30% da exigência fiscal, para fins de interposição de recurso administrativo.

O STF acolheu o argumento da CNI de que o depósito prévio e integral do valor do débito, como condição para o ajuizamento das ações judiciais, colide com a garantia de acesso ao Poder Judiciário, prevista no artigo 5º da Constituição Federal. O STF julgou procedente o pedido feito pela indústria na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.976, concordando que o arrolamento de bem ou de direito como condição para oferecimento de recurso administrativo ofende os princípios da isonomia e da ampla defesa.

PROGRAMA DA CNI INCENTIVA A MODERNIZAÇÃO DOS SINDICATOS EMPRESARIAIS DA INDÚSTRIA, A CAPACITAÇÃO DE LÍDERES E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS ASSOCIADOS

3.13 APOIO AOS SINDICATOS

A CNI APRESENTOU EM 2007 o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), cujos principais objetivos são a ampliação da representatividade e da capacidade de sustentação dos sindicatos, a integração das atividades das instituições do Sistema Indústria (CNI, SESI, SENAI e IEL) e o estímulo à prestação de serviços que contribuam para a competitividade da indústria brasileira.

O PDA dá continuidade a projetos de promoção associativa desenvolvidos pelas federações por meio de convênios firmados com a CNI em 2006 e 2007. As linhas do programa foram avaliadas por mais de 500 líderes sindicais durante os Encontros Estaduais da Indústria, que ocorreram em 25 estados e no Distrito Federal e serviram como preparação ao 2º Encontro Nacional da Indústria.

O programa também prevê a realização de um mapeamento sindical para que a CNI conheça a estrutura, o planejamento e a gestão dos sindicatos.



Melhores práticas

O trabalho de fortalecimento do associativismo e de modernização dos sindicatos já começou nos estados. As ações das federações de indústrias que apresentam importantes avanços neste sentido foram compiladas pela CNI e estão na publicação Ação Associativa – Construindo o Futuro. A divulgação dos trabalhos que envolvem programas de capacitação de líderes, gestão de recursos humanos, uso de tecnologias da informação, oferta de serviços aos associados e pesquisas sobre as bases sindicais contribui para a troca de experiências sobre o tema e serve de inspiração para federações, sindicatos e associações desenvolverem projetos próprios de apoio ao associativismo e à representação empresarial.



Informações precisas

A CNI modernizou os processos para elaboração das pesquisas sobre o setor industrial, aumentando o volume e a precisão das informações. A metodologia dos Indicadores Industriais foi reformulada e adaptada à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com as mudanças, a pesquisa mensal, feita com médias e grandes empresas de 12 estados, agregou informações sobre o desempenho de 19 setores de atividades e voltou a trazer o cálculo da remuneração paga aos trabalhadores. Os Indicadores Industriais revelam a evolução das vendas, das horas trabalhadas na produção, do emprego, da remuneração dos trabalhadores e da utilização da capacidade instalada da indústria de transformação.

Além da compra de novas ferramentas para coleta, tabulação e análise dos dados das sondagens, a CNI capacitou as equipes técnicas das federações. O trabalho com as federações garantiu maior visibilidade aos estudos e estimulou a participação dos estados nas pesquisas.

FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA, CONSELHOS TEMÁTICOS E GRUPO DE REPRESENTANTES DEBATEM IDÉIAS E CONSOLIDAM A POSIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PARA A CONSTRUÇÃO DO PAÍS

3.14 CONSENSO E REPRESENTATIVIDADE NAS AÇÕES

AS AÇÕES DA CNI SÃO ORIENTADAS pelo trabalho dos Conselhos Temáticos Permanentes, colegiados de líderes industriais que desenvolvem estudos, debatem idéias, buscam consensos e formulam propostas sobre os temas nacionais com impacto sobre a atividade produtiva. Atualmente, a CNI tem 11 Conselhos Temáticos Permanentes: Educação, Política Econômica, Infra-estrutura, Integração Internacional, Assuntos Legislativos, Micro e Pequena Empresa, Meio Ambiente, Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo, Responsabilidade Social, Integração Nacional e Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico.

A diretoria da CNI conta ainda com o apoio do Fórum Nacional da Indústria, órgão consultivo criado em 2003 que formula estratégias sobre matérias de interesse da indústria e da economia



brasileira. Formado por presidentes das principais associações nacionais setoriais, presidentes de federações de indústrias e empresários, o Fórum, que elaborou o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, fortaleceu a representatividade e a participação da CNI no debate e na apresentação de propostas para a construção do país.

O processo de formulação de posicionamentos e de defesa de interesses é reforçado pela ação dos representantes da indústria em grupos de trabalho, conselhos, comitês e outros fóruns criados pelo governo que discutem temas com impacto na atividade produtiva. A CNI tem 260 representantes em 250 instâncias de representação.

Guia do Lobby

A CNI lançou em 2007 a edição em português da publicação Impacto do *Lobby* Empresarial – Elaboração e Implementação de uma Estratégia de *Lobby* Bem-Sucedida. Com texto elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o guia orienta diretores, executivos e gestores de organizações empresariais a desenvolver uma estratégia de defesa de interesses eficaz. O guia apresenta os passos para o *lobby* eficiente, subsídios bibliográficos e práticas eficientes de representação.



Acompanhamento do Legislativo

A CNI acompanha no Congresso Nacional o andamento das matérias legislativas que têm impacto sobre a atividade industrial. Em 2007, com o apoio do Conselho Temático Permanente de Assuntos Legislativos, a CNI monitorou 4.436 proposições legislativas, entre elas as medidas que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as alterações na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e a criação de benefícios para indústria têxtil, moveleira, de calçados e artefatos de couro, atingidas pela desvalorização do dólar frente ao real.

Para aperfeiçoar as propostas em tramitação, a indústria elaborou 308 notas técnicas que mostraram a visão do setor produtivo sobre os temas tratados, propôs 135 emendas, encaminhou 26 pareceres e minutas de votos e participou de 31 audiências públicas e debates nas Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O ANO DE 2007 FOI MARCADO PELA BUSCA DO ALINHAMENTO E DO COMPROMETIMENTO DAS INSTITUIÇÕES E DOS COLABORADORES COM O PLANO ESTRATÉGICO 2006-2010

3.15 GESTÃO DA ESTRATÉGIA DO SISTEMA INDÚSTRIA

O ESCRITÓRIO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA, criado em 2006 para acompanhar os projetos, os indicadores e as metas corporativas da CNI e das demais instituições do Sistema Indústria (SESI, SENAI e IEL), concentrou sua ação no alinhamento e no comprometimento das instituições e dos colaboradores com os desafios propostos no **Plano Estratégico 2006-2010**⁴. A gestão da estratégia começou em abril com a implementação da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), que traduz a estratégia em mapas, indicadores de desempenho e projetos. O trabalho foi coordenado pela equipe do Projeto BSC.

Outro projeto que teve seqüência em 2007 foi o Painel Social, que identifica e analisa os resultados das atividades desenvolvidas pelas entidades do Sistema Indústria e comunica seus impactos e influências na construção de uma indústria forte e competitiva. O relatório final do Painel Social reunirá as análises das iniciativas da CNI, Federações das Indústrias, SESI, SENAI e IEL e sugerirá formas de divulgação das ações ao longo de 2008.

Por todo o ano de 2007, o Escritório intensificou a divulgação das ações estratégicas entre os colaboradores do Sistema. Foram realizados videoconferências, a palestra com o consultor Waldez Ludwig e o Encontro com a Estratégia. Também foram lançados a *Newsletter* Gestão Estratégica e o gibi O Mapa da Nina. Além disso, em parceria com o IEL, o Escritório treinou 700 colaboradores na metodologia BSC. Em 2008, serão capacitadas cerca de duas mil pessoas.

4

O Plano Estratégico do Sistema Indústria 2006-2010 consolida o processo de mudanças no planejamento das ações, que começou em 2003. Potencializado pela metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), o Plano deu origem ao Mapa Estratégico do Sistema Indústria 2006-2010, que aponta os objetivos, as metas e os programas do Sistema até 2010. Para a CNI, foram selecionados 16 objetivos, entre os quais estão o fortalecimento do atendimento às necessidades da indústria, o reforço da representação do setor produtivo e a busca da sustentabilidade financeira.

O Escritório também acompanha com dirigentes, diretores de operações e alguns gerentes-executivos o desempenho dos objetivos do Mapa Estratégico do Sistema Indústria 2006-2010. Os executivos são assessorados pelo Escritório com a análise dos objetivos e a coleta e consolidação dos indicadores. O resultado das análises foi apresentado nas Reuniões de Análise Estratégica. Em 2007, foram realizadas três reuniões. Para 2008, a meta é alinhar os processos e projetos desenvolvidos pelas federações e entidades regionais aos objetivos do Mapa do Sistema Indústria.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Armando de Queiroz Monteiro Neto
Presidente

Gabinete da Presidência – GABIN

Cid Ferreira Lopes Filho (até 07.08.2008)
José Mário Paranhos do Rio Branco (a partir de 07.08.2008)
Chefe de Gabinete

Superintendência Corporativa – SUCORP

Antonio Carlos Brito Maciel
Superintendente

Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão – SUPOG

Carlos Francisco Moniz Aragão
Superintendente

Superintendência Jurídica – SJ

Hélio José Ferreira Rocha
Superintendente

Unidade de Comunicação Social – UNICOM

Marcus de Barros Pinto
Gerente-Executivo

Unidade Corporativa de Auditoria – AUDIT

Cláudio de Azevedo Lemos
Gerente-Executivo

Unidade de Cooperação Internacional

Renato Caporali Cordeiro
Gerente-Executivo

Diretoria Executiva – DIREX

José Augusto Coelho Fernandes
Diretor

Diretoria de Operações – DIOP

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti
Diretor

Diretoria de Relações Institucionais – DRI

Marco Antonio Reis Guarita
Diretor

Unidade de Gestão de Defesa de Interesses – GDI

Elizabeth da Silva Marinho
Gerente-Executivo

Unidade de Assuntos Legislativos – COAL

Ricardo Mariano Marcondes Ferraz
Gerente-Executivo

Unidade de Competitividade Industrial – COMPI

Maurício Otávio Mendonça Jorge
Gerente-Executivo

Unidade de Comércio Exterior – COMEX

José Frederico Álvares
Gerente-Executivo

Unidade de Política Econômica – PEC

Flavio Pinheiro de Castelo Branco
Gerente-Executivo

Unidade de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo – RT

Emerson Casali Almeida
Gerente-Executivo

Unidade de Negociações Internacionais – NEGINT

Soraya Saavedra Rosar
Gerente-Executivo

Unidade de Pesquisa, Avaliação e Desenvolvimento – PAD

Renato da Fonseca
Gerente-Executivo

Comitê de Serviços Compartilhados

Antonio Carlos Brito Maciel
Superintendente Corporativo

Superintendência de Serviços Compartilhados – SSC

Silvio Andriotti
Superintendente

FEDERAÇÕES FILIADAS

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ACRE – FIEAC

João Francisco Salomão
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

José Carlos Lyra de Andrade
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO AMAPÁ – FIAP

Telma Lúcia de Azevedo Gurgel
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS – FIEAM

Antônio Carlos da Silva
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA – FIEB

Jorge Lins Freire
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC

Roberto Proença de Macêdo
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL – FIBRA

Antônio Rocha da Silva
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – FINDES

Lucas Izoton Vieira
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS – FIEG

Paulo Afonso Ferreira
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FIEMA

Jorge Machado Mendes
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – FIEMT

Jandir José Milan
Presidente em exercício

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – FIEMS

Sérgio Marcolino Longen
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FIEMG

Robson Braga de Andrade
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ – FIEPA

Jose Conrado Azevedo Santos
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA – FIEP

Francisco de Assis Benevides Gadelha
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP

Rodrigo Costa da Rocha Loures
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FIEPE

Jorge Wicks Côrte Real
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PIAUÍ – FIEPI

Antônio José de Moraes Souza
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FIERN

Flávio José Cavalcanti de Azevedo
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS

Paulo Gilberto Fernandes Tigre
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA – FIERO

Euzébio André Guareschi
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA – FIER

Rivaldo Fernandes Neves
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC

Alcantaro Corrêa
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP

Paulo Antonio Skaf
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SERGIPE - FIES

Eduardo Prado de Oliveira
Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE TOCANTINS - FIETO

Eduardo Machado Silva
Presidente

UNICOM, Getty Images, Keystone e Stock Xchange

Fotos

Kazuo Okubo e Mário Castello

Fotos da capa

UNICOM – Verene Wolke

Redação

Informação

Revisão, projeto gráfico, diagramação e arte-final

Edigrafi Gráfica e Editora

Impressão

1.600 exemplares

Tiragem

www.cni.org.br

